

Municípios



A Revista da Associação Paulista de Municípios

DE SÃO PAULO



Ano 2
Número 16
R\$ 7,00

ESPECIAL
5º CBTIM

5º CBTIM

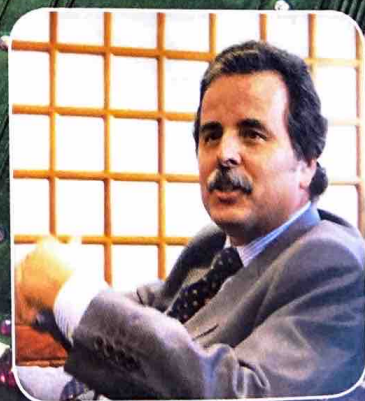
Congresso apresentou
novas ferramentas para
gestão administrativa

Eleições/APM

Celso Giglio é eleito para
mandato 2005/2008

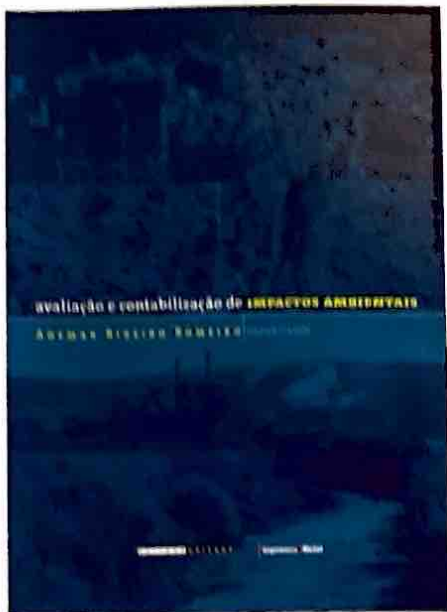
Agenda Metropolitana

Municípios da Grande São Paulo
discutem integração regional



Entrevista

Renato Martins Costa
Presidente do TCE

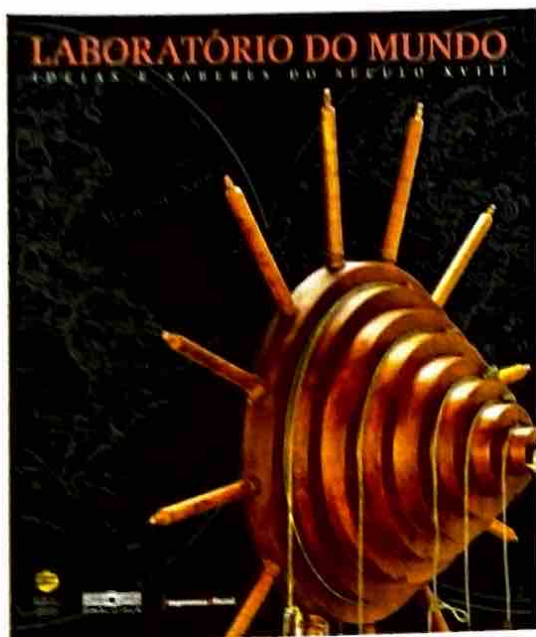


**AVALIAÇÃO E CONTABILIZAÇÃO
DE IMPACTOS AMBIENTAIS**

Organização: Ademir Ribeiro Romero
Co-edição: Editora da Unicamp/Imprensa
Oficial/SP - 2004
ISBN 85-7060-294-4 (Imprensa Oficial)
ISBN 85-268-0669-6 (Editora da Unicamp)
R\$90,00

**ROMANCEIRO DA
INCONFIDÊNCIA**

Autora: Cecília Meireles
Desenhos: Renina Katz
Co-edição: Edusp/ Imprensa Oficial/SP - 2004
ISBN 85-314-0793-1 (Edusp)
ISBN 85-7060-218-9 (Imprensa Oficial do
Estado)
R\$ 160,00

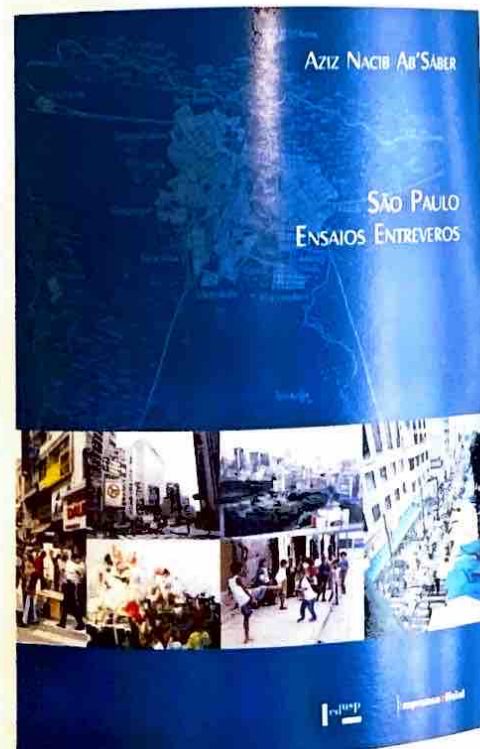


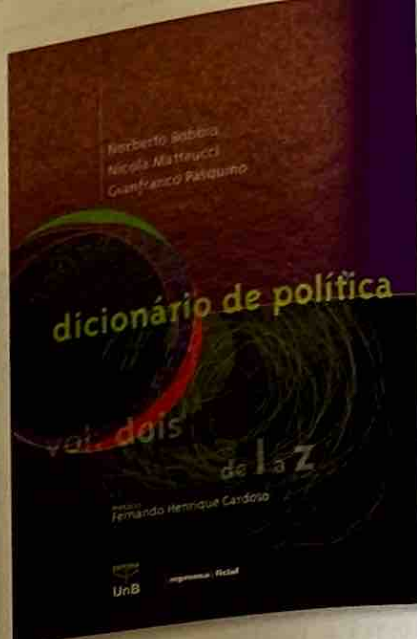
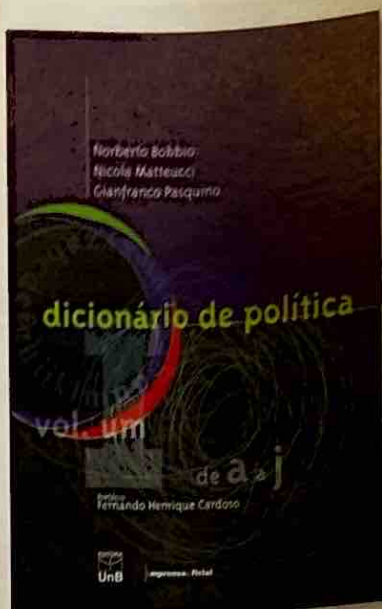
**LABORATÓRIO DO MUNDO:
IDÉIAS E SABERES
DO SÉCULO XVII**

Organização: Vários Organizadores
Co-edição: Pinacoteca do Estado - Dema/
Imprensa Oficial/SP - 2004
R\$50,00

**SÃO PAULO: ENSAIOS
ENTREVEROS**

Aziz Nacib Ab'Sáber
Co-edição: Edusp/Imprensa Oficial/SP - 2004
ISBN 85-7060-119-0 (Imprensa Oficial)
ISBN 85-314-0721-4 (Edusp)
R\$120,00





DICIONÁRIO DE POLÍTICA - VOL. 1 E VOL. 2
Autores: Norberto Bobbio, Nicola Matteucci e Gianfranco Pasquino
Co-edição: Editora da Universidade de Brasília/Imprensa Oficial/SP - 2004
ISBN 85-230-0308-8 (obra completa)
R\$ 95,00

Canais de venda da Imprensa Oficial

Capital

Livraria XV de Novembro
Rua XV de Novembro, 336-Centro - São Paulo - SP
Tel. (11) 3242-9650

Livraria Casa das Rosas
Av. Paulista, 37 - Bairro Bela Vista - São Paulo - SP
Tel. (11) 3289-1791

Livraria Jucesp
Rua Barra Funda, 836 - Acesso pela Rampa
Barra Funda - São Paulo - SP
Tel. (11) 3825-6101

Filiais interior

Poupatempo Campinas - Shopping
Rua Jacy Teixeira de Camargo, 940 - Jardim do Lago
Tel. (19) 2104-1167 / 1168

Poupatempo Ribeirão Preto - Novo Shopping Center
Av. Presidente Kennedy, 1500 - Presidente Médici
Tel. (16) 3019-6049 / 6050



**Associação Paulista
de Municípios**

Av. Rebouças, 2.499
Jd. América - São Paulo - SP
CEP 05401-300
Fone/Fax: (0xx11) 3063-2225
apaulista@apaulista.org.br
www.apaulista.org.br

**DIRETORIA
DIRETORIA-ADMINISTRATIVA**

PRESIDENTE

MARCOS MONTI
Ex-Prefeito de São Manuel

VICES-PRESIDENTES

ANTONIO PALOCCI
Ex-Prefeito de Ribeirão Preto e
Ministro da Fazenda

JOÃO HERMANN NETO
Ex-Prefeito de Piracicaba e
Deputado Federal

ESTEVAM GALVÃO DE OLIVEIRA
Prefeito de Suzano

**SECRETARIA
MEMBROS DIRETORES**

SECRETÁRIO

ANTONIO CESAR SIMÃO
Ex-Prefeito de Itapuí

Secretária-Executiva
DALVA CHRISTOFOLETTI PAES DA SILVA

Coordenador do Conselho
Técnico Multidisciplinar
ANTONIO SÉRGIO BAPTISTA

**ERRATA: POR INSUFICIÊNCIA DE DADOS
TRANSMITIDOS PELO TSE NÃO PUBLICA-
MOS A ELEIÇÃO DA PREFEITA ROSE LÓIS
(PMDB - 945 VOTOS - 52,94%)
DE SÃO JOÃO DAS DUAS PONTES, NA
EDIÇÃO ANTERIOR.**

Editorial



O importante é participar

Após realizarmos o 5º CBTIM - Congresso Brasileiro de Tecnologia da Informação para os Municípios e o Seminário para Novos Gestores, fiquei bastante surpreso, claro que de um modo positivo, ao ver a vontade e a participação dos novos Prefeitos, Vice-prefeitos e Vereadores.

Foram quatro dias de palestras, exposições, experiências e uma bateria de informações para deixar qualquer um atônito. Porém, temos a certeza que tanto a APM - Associação Paulista de Municípios, quanto a CNM - Confederação Nacional de Municípios cumpriram com o seu papel de orientar e preparar os novos gestores municipais.

Vale ressaltar a homenagem que a APM fez ao municipalista Paulo Ziulkoski, Presidente da CNM, entregando o Troféu "MÉRITO MUNICIPALISTA", comenda conferida por nossa entidade, somente àqueles que prestam relevantes serviços à causa municipalista.

Sempre quando as entidades municipalistas fazem o chamamento para uma marcha, para um congresso, para um debate ou para uma consulta é de suma importância que todos participem, pois o nosso objetivo maior é fazer com que o município tenha voz e tenha vez.

Ninguém é seara alheia, somente juntos conseguiremos atingir nossos objetivos. Por essa razão, nunca deixarei de exaltar a importância de participarmos do movimento municipalista.

Quase todos os dias a vida dos municípios brasileiros é discutida no Congresso Nacional. Não será diferente em 2005: teremos uma pauta extensa. Será a discussão do FUNDEB, a Lei dos Consórcios, entre outros temas, que o movimento municipalista terá que opinar e participar efetivamente.

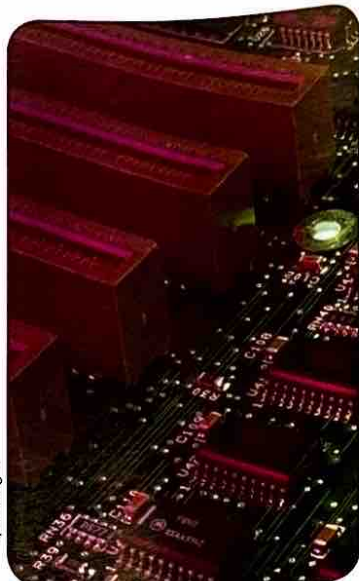
A CNM já começou a preparar a Marcha dos Prefeitos à Brasília que deverá ocorrer em março/2005 e a APM também já começa a preparar seu Congresso Estadual que deverá ocorrer em abril/2005. São dois momentos únicos quando teremos a oportunidade de discutir e apresentar nossas propostas.

Fazendo um balanço do ano de 2004, podemos dizer que avançamos um pouco, mais a pauta do movimento municipalista é intensa, por isso toda atenção é pouca, toda vigília se faz necessária e mais do que nunca nossa unidade é fundamental.

A todos aqueles que acreditam no municipalismo, que comungam do nosso ideal, juntem-se a nós, para que realmente nossas lutas atinjam o resultado esperado. Vamos todos empunhar a bandeira do municipalismo, e por meio desta luta, atender melhor os munícipes, com mais serviços prestados, mais justiça social e principalmente com mais distribuição de renda.

A luta continua!

Marcos Monti
presidente da APM



Tips&Images



Renato Ricci

- 06 Entrevista**
Renato Martins Costa –
presidente do Tribunal de Contas
do Estado de São Paulo
- 12 5º CBTIM**
Especial do 5º Congresso Brasileiro
de Tecnologia da Informação
para Municípios
- 30 De olho em Brasília**
Municípios alcançam meta de
cura da tuberculose
- 32 Padarias artesanais**
Lu Alckmin inaugura padarias
artesanais no Paraguai
- 34 Artigo**
Fábio Barbalho Leite
- 36 RMSP**
São Paulo discute integração
metropolitana
- 40 Eleições/APM**
Celso Giglio é reeleito presidente
da Associação Paulista
de Municípios
- 45 IBGE**
Caracterização do setor produtivo
da flora ornamental



CONSELHO EDITORIAL

Antonio Cesar Simão
Carlos Alberto Cruz Filho
Aquevirque Antonio Nholla
José Mauro Dedemo Orlandini



PRESIDENTE: Edmilson Cardial
VICE-PRESIDENTE: Roberto Müller Filho
DIRETOR-EDITORIAL: Luciano do Carmo
DIRETOR ADM.-FINANCEIRO: Andreas Rütshilling
DIRETORA DE CIRCULAÇÃO: Rita Martinez
DIRETOR COMERCIAL: Márcio Cardial



PUBLISHER: Márcio Cardial
marcio@editorasegmento.com.br

REDAÇÃO

EDITORA: Eliana Michi
redacao@municiposdesaopaulo.com.br
DIRETOR DE ARTE: Alexandre P. Borlina
DIAGRAMAÇÃO: Paola Carotenuto e Pedro Durigam
FOTOS: Paulo Bareta, Reginaldo Martins e Renato Ricci
CAPA: Tips&Images
PRODUÇÃO GRÁFICA: Francisco Eugênio, Ivan Santana e Tiago Manga
CONSULTORIA: Christo, Manesco & Associados

PUBLICIDADE

EXECUTIVO DE CONTAS: José Jones
publicidade@municiposdesaopaulo.com.br
MARKETING: Raquel Pires
marketing@municiposdesaopaulo.com.br
REPRESENTANTE COMERCIAL (Brasília):
Singular Publicidade
Magda Dias (61) 344-5181
brasil@editorasegmento.com.br

REDAÇÃO

Editora Segmento
Rua Ministro Sinélio Rocha, 150,
CEP 05030-000, São Paulo, SP
Tels.: (11) 3879-8200/8212
Fax: (11) 3879-8203
www.editorasegmento.com.br

Municípios de São Paulo não se responsabiliza por idéias e conceitos emitidos em artigos ou matérias assinadas, que expressem apenas o pensamento dos autores, não representando necessariamente a opinião da direção da revista. A publicação se reserva o direito, por motivos de espaço e clareza, de resumir cartas, artigos e ensaios.

FALE CONOSCO

REDAÇÃO

Comentários sobre o conteúdo editorial, sugestões, críticas e releases.
Tel.: (11) 3879-8212 – Fax: (11) 3879-8203
E-mails: redacao@municiposdesaopaulo.com.br
marcio@editorasegmento.com.br (publisher)
Cartas: Rua Ministro Sinélio Rocha, 150 – CEP 05030-000 – São Paulo – SP

MARKETING

Informações sobre promoções, eventos, reprints e projetos especiais
Tel.: (11) 3879-8220
marketing@municiposdesaopaulo.com.br

PUBLICIDADE

Anuncie na **Municípios de São Paulo** e fale diretamente com os 645 municípios de São Paulo.
Tel.: (11) 3879-8216
publicidade@municiposdesaopaulo.com.br

ASSINATURAS, RENOVAÇÕES E NÚMEROS ATRASADOS

Tel.: (11) 3039-5601 – Fax: (11) 3039-5643
assinatura@editorasegmento.com.br
www.editorasegmento.com.br

APOIO GRÁFICO: IMPRESSÃO E ACABAMENTO

imprensaoficial



Renato Martins Costa

Presidente do Tribunal de Contas do Estado

A Lei de Responsabilidade Fiscal é considerada pelos gestores municipais a grande vilã da administração pública

POR ELIANA MICHÍ

Ao ser empossado como presidente do Tribunal de Contas do Estado, em janeiro de 2004, Renato Martins Costa, tinha uma grande missão: fazer com que os administradores públicos tomassem consciência da importância da Lei de Responsabilidade Fiscal e de sua aplicação. Em entrevista à revista *Municípios de São Paulo*, ele expôs todo o trabalho desenvolvido no Estado de São Paulo e de que forma o TCE disponibilizou ferramentas, para que os municípios sanassem suas dúvidas.

Em 1999, 152 prefeituras descumpriram o mínimo exigido para a educação. Em 2001, caiu para 62 o número de prefeituras que sofreram sanções por desrespeitar a regra fiscal. Quais foram os benefícios trazidos pela LRF?

Nós temos que discriminar duas situações diferentes. Antes do advento da Lei de Responsabilidade Fiscal, o Tribunal já estabeleceu uma série de questões que ele passou a considerar como fundamentais para a emissão de pareceres favoráveis às contas de prefeituras. São questões constitucionais, vale dizer: a aplicação global no ensino, aplicação mínima no ensino fundamental, aplicação mínima na saúde, três grandes questões. E também, antes do advento

da Responsabilidade Fiscal, nós sempre fizemos questão de enfatizar, o que nos orgulha muito a necessidade de haver um equilíbrio na previdência social, na questão orçamentária e financeira. Então o Tribunal, cansou de fazer isso, mas fez toda vez que houve necessidade, emitiu parecer desfavorável às contas de municípios que fraudavam a questão previdenciária; muitas vezes recolhendo do servidor e não repassando para o órgão de previdência, o que depois a lei veio a configurar como crime de apropriação indébita. Porque, em última análise, acaba sendo o mesmo. Porque o prefeito não é destinatário daquele recolhimento que é feito do servidor. Ele é feito para ser repassado para o órgão de previdência, seja ele oficial geral, ou para os municípios



Renato Martins Costa:
"Critério político divorciado de análise fria, não é válido"

que têm o órgão de previdência municipal. O tribunal foi muito duro e firme nessa fiscalização. E na questão orçamentária e financeira. Nós estabelecemos que os municípios que apresentassem um desequilíbrio orçamentário, que nos parecesse além da conta normal, também seriam objeto de parecer desfavorável. Com isso nós quase que antecipamos um pouco no Estado de São Paulo aquilo que a partir de maio de 2000 a Lei de Responsabilidade Fiscal ia passar a exigir. Isso me parece um fator muito importante para explicar os números que você me colocou. Porque a gente teve uma diminuição, sentida mesmo sem

a lei. Mesmo sem ela, apesar de estar em vigor, estava enraizada na cultura do nosso administrador. Por conta dessa posição mais firme, mais dura que o Tribunal adotou, em benefício do próprio administrador. Porque este tipo de apontamento, de sinalização que o Tribunal dá para quem está administrando é que não se pode transigir. Então, o administrador que não quer ter problemas, vai se posicionar de uma maneira diversa.

Isso comprova que o entendimento dos prefeitos sobre a LRF tem melhorado? O que a Casa tem feito a esse respeito?

É verdade, porque preocupados com a posição do Tribunal em reprimir os déficits, muitas vezes cancelavam empenhos já liquidados, obrigações constituídas de que o município não pode dizer “devo, não nego, pago quando puder”. A administração pública não pode fazer isso. Então, muitas vezes, os balanços anuais apresentavam superávits expressivos, de 10%, 12%. Há equilíbrio, se ele for um bom administrador? Não! É absolutamente falso, muito ao contrário. Ele endividou o município e depois, por um artifício contábil ele fez esta dívida desaparecer. Isso aconteceu marcadamente no ano 2000, porque foi o ano em que entrou em vigor a lei, e os prefeitos ficaram desesperados com a possibilidade de serem criminalmente enquadrados, já que ao lado da

Lei de Responsabilidade Fiscal existe a Lei de Crimes Fiscais. E a existência de empenhos feitos sem que haja recursos para sustentá-los caracteriza crime fiscal. Então para fugir do problema, cancelaram bens liquidados.

Qual a fórmula usada para essa manipulação?

Foi um ato de esperteza de poucos e de legítima defesa da maioria, que quis por desinformação, por falta de um bom assessoramento naquele momento, foi o que lhes pareceu mais adequado fazer. A lei permite que você cancele bens de um exercício para o outro, eles serão colocados no exercício seguinte. Mas jamais permite que você cancele bens liquidados. Quando a obra já foi feita, o serviço já foi prestado, não há como a administração pública não pagar. Foi isso que aconteceu, e acabou gerando um superávit absolutamente irreal, falso, porque, na verdade, ele foi baseado em uma atitude não embasada pela lei.

O entendimento dos prefeitos sobre a LRF tem melhorado? O que a Casa tem feito para esclarecê-los em relação a isso?

O entendimento tem melhorado e expressivamente. O Brasil é um País curioso, um País que tem lei que “pega” e lei que não “pega”. Essa pegou. E os administradores, acho, estão se conscientizando. Sem esta consciência seria difícil que ela pegasse, também porque

isso dá voto. Passa a imagem de um administrador responsável, austero, cuidadoso e a população hoje quer e respeita muito isso. Então, a par de todos os aspectos intimidadores que a lei possa apresentar – muitas pesadíssimas, crime, reflexos eleitorais – de todas as consequências que advêm do descumprimento dos dispositivos da lei, há um aspecto que para mim é muito importante: o da consciência dos administradores de que cumprir a lei é bom, traz benefícios eleitorais inclusive. Porque a população está cansada de promessas, daquele que acaba iludindo a todos no final da administração. O próprio instituto da reeleição, nesse aspecto, acho que contribuiu também. Porque o administrador que quer se reeleger, sabe que caso se comprometa de forma a não cumprir aquilo que prometeu, ao final dos seus quatro anos, sabe que não voltará nos próximos. Esse tipo de responsabilidade ajudou muito para que a lei se fixasse. A lei tem estes aspectos que me parecem muito positivos. O que ajudou também foi, acho que, sem falsa modéstia, o nosso Tribunal de Contas do Estado de São Paulo contribuiu muito para isso, e imediatamente correu o Estado inteiro para armar cursos, reuniões com prefeitos, secretários, servidores públicos responsáveis pelas áreas orçamentária e financeira, explicitar em publicações que o Tribunal edita o conteúdo da lei, suas interpretações mais complexas, enfim: se colocar como

um parceiro do administrador no sentido de implementar o cumprimento da lei fiscal. Agora, neste ano, para ficarmos no ano de 2004, nós empreendemos uma atividade que foi excepcional. Os frutos dela nós vamos colher eventualmente na verificação das contas de 2004. Porque 2004, é o último exercício dos atuais prefeitos. E para o último ano, nos últimos oito meses, a lei oferece uma série de restrições, para impedir que uma prática muito comum, infelizmente, na administração pública do País todo

**Os prefeitos
não podem
pagar suas
dívidas quando
quiserem**

possa se reprisar: que é aquela manipulação da administração que se faz no período eleitoral. A lei impede que você dê aumento para o funcionário, aumente o quadro de pessoal, não pode começar nenhuma obra se não tiver dinheiro em caixa para terminá-la. Então, aquela atividade eleitoral de começar uma ponte que depois vira um esqueleto acabou. Isso não acontece mais. Então nós fizemos [os oito últimos meses do ano começaram em 1º de maio], oito reuniões no Estado inteiro, com 644 municípios, público de 500, 660 pessoas, e explicamos tudo

que podia e não podia fazer neste final de mandato. Era aberto, não dependia de inscrição, taxa, nada. Temos esperança que quando os balanços forem remetidos ao Tribunal, encontraremos um resultado muito positivo. Criamos um ambiente aqui no Estado muito propício a que a lei realmente pudesse emplacar.

Isso ajudou a tirar a imagem de "bicho-papão" do Tribunal de Contas? A imagem agora é mais de um órgão disciplinar?

Acho que sim. Sinceramente não acho que sejam imagens excludentes. O Tribunal tem a obrigação de ser um órgão repressor quando necessário. E acho que esse é um papel do qual ele nunca vai abdicar, porque é um papel constitucional, legal. Mas ele também tem a mesma obrigação, no mesmo grau de responsabilidade de ser um órgão orientador. Porque não há, absolutamente, nenhum prazer por parte de alguém do Tribunal em constatar que há alguma irregularidade, algum descumprimento. Pelo contrário, isso nos entristece muito, porque mostra que aquele administrador, por alguma razão, não conseguiu cumprir aquilo que as leis determinam. Nós queremos ver se a gente ensina todo mundo a pescar, como tem que fazer a coisa certa; preparar todos no sentido de não cometer esses erros. Dentro dessa linha vamos fazer no dia 6 de dezembro [a entrevista foi realizada dia 25/11], uma reunião

com todos os prefeitos eleitos. Dividimos o Estado e vamos fazer quatro reuniões: em Campinas, em Fernandópolis, em Garça e na Capital. E pedimos ao TER [Tribunal regional Eleitoral] que nos passasse todos os endereços de quem foi eleito, convidando a todos para que participasse. A gente vai apresenta-los ao Tribunal, antes dele sentar na cadeira de prefeito e dizer: estamos aqui para trabalhar junto com vocês, para sermos parceiros do administrador. E não caiam no canto da sereia, do assessor que é cheio de macete, com aquela história de que 25% na educação é bobagem. Não é bobagem, e se não fizer, vai ter problemas. Vamos apresentar aspectos que são fundamentais dentro da fiscalização do Tribunal e dizer: sentem na cadeira já se preocupando com isso daqui. Se vocês conseguirem administrar bem, se preocupando com isto daqui, meio caminho vai estar andado para ter quatro anos de tranquilidade e ter no Tribunal só um parceiro e não um repressor. Agora, nós estamos aqui, também, se não for necessário para reprimir.

Em abril deste ano, o senhor teria formulado uma espécie de lista para a Justiça Eleitoral sobre as prefeituras que não cumpriram a LRF. Isso aconteceu?

Aconteceu. Foi até um entendimento nosso com o presidente do Tribunal Regional Eleitoral, já que o descumprimento da Lei de Responsabilidade Fiscal

vivo

CELEBRA 25 MILHÕES DE CLIENTES E LANÇA NOVOS SERVIÇOS

A VIVO, maior prestadora de serviços de telecomunicações móveis do Hemisfério Sul, chega a marca dos 25 milhões de clientes e apresenta novidades em telefonia celular. Serviços de Terceira Geração, com aplicativos de transmissão de dados de alta performance; sistema inédito de localização pelo celular e por GPS e apresentação da evolução de serviços multimedial para a rede CDMA de telefonia celular.

Trazendo as inovações do CDMA ao Brasil, tecnologia utilizada nos países mais desenvolvidos do mundo, a VIVO implanta a tecnologia EV-DO (Evolution Data Optimized). Evolução das tecnologias CDMA one e CDMA2000 1x, o sistema suporta serviços de Terceira Geração com transmissão de dados e voz em alta performance, a partir de terminais móveis e cartão *modem* PCMCIA, com velocidade de até 2,4 Mbps. Nesta tecnologia a VIVO apresenta serviços 3G de transmissão de dados, como o VIVO Zap 3G e o Vídeo 3G.

Outro destaque é o lançamento do VIVO Encontra, serviço inédito de localização por meio do celular, compatível com a rede CDMA2000 1x e com a tecnologia *gpsOne*, da Qualcomm; sistema de alta precisão – entre cinco e 50 metros – que utiliza informações dos satélites GPS e da triangulação de Estações Rádio Base (ERBs). Inicialmente o VIVO Encontra estará disponível em São Paulo e Rio de Janeiro.

Dentro do conceito VIVO Encontra a VIVO lança três aplicativos. O VIVO Localiza permite que o usuário receba informações por meio do celular da posição geográfica de outros usuários de celular, que tenham permitido a ação. No VIVO Aqui Perto, o usuário poderá procurar estabelecimentos comerciais por proximidade, categoria e nome. No VIVO Onde Estou? o usuário pode checar sua posição exata pelo próprio aparelho, por meio de texto e mapa.

Dentre os novos lançamentos da VIVO para redes CDMA e CDMA2000 1x, está o VIVO Zap+; serviço de compressão de dados que funciona como acelerador de velocidades nestas

redes. Isto significa níveis de até 28 kbps na rede CDMA e até 230 kbps na rede CDMA2000 1x. Para usufruir do VIVO Zap+, o usuário deverá acessar www.vivo.com.br/vivozap e fazer *download* do software do serviço, conforme instruções, para seu *notebook*.

Para atender às necessidades dos clientes corporativos a VIVO lança mais quatro serviços: VIVO Escritório Móvel - PDA, disponível em toda a área de cobertura CDMA da VIVO, que possibilita o sincronismo *wireless* de *e-mails*, contatos, agenda de compromissos e tarefas do seu *Lotus Notes* ou do *Microsoft Outlook*, para PDA CDMA2000 1x da VIVO. VIVO Pesquisa, serviço de coleta e compilação de dados, com disponibilização de resultados de pesquisa em tempo real, por meio de celulares e PDAs. Já o VIVO Segurança é um serviço de vídeo *streaming* no celular para monitoramento de ambientes, em tempo real, por meio de integração de câmeras conectadas à central de segurança de empresas. E o VIVO Direto, serviço de conexão rápida entre celulares, ao toque de um botão. Para uma comunicação ágil e eficaz, este serviço tem funcionamento semelhante ao sistema de rádio, mas com o benefício da cobertura abrangente da VIVO e da maior qualidade de voz e sinal. Trata-se de um serviço de comunicação vocal instantâneo entre duas ou mais pessoas, de grande interesse para o mercado empresarial.



A TECNOLOGIA DO FUTURO.
A TECNOLOGIA DA VIVO.

ele se manifesta sob três faces: administrativa, criminal e eleitoral. Então veja a gravidade das consequências do descumprimento da lei: O sujeito pode ser objeto de muitas pesadíssimas aplicadas pelo Tribunal de Contas, pode ser objeto de denúncia e processo-crime, já que o Tribunal quando apura infrações que caracterizam crimes fiscais ele está obrigado a remeter esta comunicação ao Ministério Público, para avaliar o cometimento de crime, e também o Tribunal está obrigado a remeter à justiça eleitoral, porque este descumprimento pode gerar consequências de elegibilidade. Nesse sentido é que esta listagem foi encaminhada ao TRE.

Como funciona o processo de fiscalização?

O TCE trabalha com várias frentes, então, como todos sabem, temos uma competência que abrange os 644 municípios do Estado e toda a administração pública estadual, inclusive a Assembleia Legislativa, Poder Judiciário e Ministério Público. Isto nos dá um total de mais de três mil órgãos que nós fiscalizamos. E temos orgulho do fato de diretamente in loco, nós irmos verificar todos os órgãos. Ao menos uma vez por ano, vai bater na porta do órgão, um auditor do TCE. Então todo o princípio de auditoria é o da amostragem, você ter um universo imenso e trabalhar com amostragem. Mas nós não abdicamos da obrigação de ir pessoalmente checar as inconsistências, porque recebemos a documentação, analisamos e vamos

lá diretamente para checar. É um trabalho enorme. Mas basicamente dentro dos municípios, a interface que há com o Tribunal, a maior delas é a análise do balanço anual. Encerrado o exercício financeiro em 31 de dezembro, até 31 de março, os municípios têm que mandar o balanço consolidado do exercício passado, executivo e legislativo. O Tribunal, ao longo do ano de 2005, vai auditar todas estas contas. Sempre trabalhamos com um ano de defasagem. Você tem o ano que recebeu para checar, levantar, verificar, ir lá no município, ver tudo que está acontecendo, produzir um relatório formal que se transforma em um processo. No exercício subsequente este processo vai ser objeto de julgamento, em 2006. É a maior de todas as verificações junto ao município. A par disso, todas as admissões, aposentadorias e pensões, auxílios e subvenções concedidas a entidades de beneficência, contratações de obras e serviços que excedam ao valor de tomada de preço ou concorrência pública têm de ser referendadas, aprovadas e verificadas pelo Tribunal. O repasse da prefeitura também no âmbito anual. É muito comum, por problemas políticos, haver diminuições e até cortes no repasse. Isso na análise das contas vai ser objeto de apreciação. Agora, no dia-a-dia, se o prefeito não repassa, o remédio que o presidente da Câmara tem é o Judiciário, já que tem direito líquido e certo. A análise do Judiciário é imediata. No TCE leva-se em conta a globalidade e não este aspecto em particular.

Mas é lógico que se esse aspecto for notado como “meio de vida”, o prefeito terá consequências. Verbas de representação também estão nas prestações de contas das Câmaras. Felizmente estamos vendo uma utilização cada vez melhor disso, porque o Tribunal bateu demais na utilização sem critério de verbas especialmente destinadas para a participação em congressos fora do Estado. Como estamos batendo um pouco mais nisso aí, o pessoal está tomando um pouco mais de juízo.

Alguns pequenos municípios não arrecadam o que precisam para sustentar serviços públicos essenciais e sobrevivem com repasses. Como o senhor analisa esta situação?

Com preocupação. Prejudica a comunidade que está inserida naqueles municípios. O que aconteceu em São Paulo foi um fenômeno um tanto perverso para a população. Em determinado momento da nossa vida institucional aconteceram movimentos de emancipação, muitos deles solidamente estruturados, às vezes até distorções em que o distrito arrecadava mais do que a sede, coisas que realmente implicavam na necessidade de uma correção, de transformar distrito em município. Mas você só pode fazer isso se houver um benefício em contrapartida para a população. Isso gera um conflito de interesses enormes e é justo que a comunidade desse distrito pense em se emancipar para ter

DESPOLUIÇÃO

PARA DAR NOVA VIDA AO RIO TIETÊ.

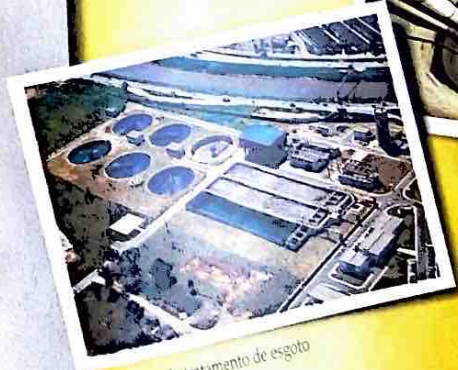
Foram feitas 400 mil novas ligações de esgoto e construídas quatro estações de tratamento para despoluir o rio Tietê. É a maior obra de saneamento do país.

O Governo do Estado de São Paulo está realizando a maior obra de saneamento do país: o Projeto Novo Tietê. A Sabesp está ampliando a rede de coleta de esgotos, beneficiando mais de 400 mil famílias em toda a região. Foram implantados também interceptores de esgotos nas margens dos rios, que possibilitam o encaminhamento dos esgotos para as estações de tratamento, antes que eles sejam despejados no Tietê. Além disso, nos últimos anos, quatro grandes estações de tratamento entraram em operação e a Calha do rio foi aprofundada em 2,5 metros. Já são 2 anos sem enchentes. É um trabalho intenso do Governo do Estado para despoluir o Tietê e melhorar a saúde e a qualidade de vida de toda a população de São Paulo.



Interceptores de esgoto

Aprofundamento da Calha do rio



Estação de tratamento de esgoto


sabesp

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
RESPEITO POR VOCÊ



Governador abriu 5º CBTIM



Geraldo Alckmin presidiu a sessão solene de abertura do 5º CBTIM, que contou com a presença



Fotos: Paulo Bareta, Reginaldo Martins e Renato Ricci

A solenidade de abertura foi presidida por Geraldo Alckmin e contou com a presença do presidente da APM e da CNM

POR ELIANA MICHIE
MOURA LEITE NETTO

Na manhã do último dia 29 de novembro, teve início o 5. CBTIM (Congresso Brasileiro de Tecnologia da Informação para os Municípios), único evento do setor realizado no País e um dos cinco promovidos no mundo, que enfocam a tecnologia da informação voltado especificamente para os municípios. O evento organizado pela APM (Associação Paulista de Municípios), entidade presidida por Marcos Monti e legítima representante dos 645 municípios do Estado, foi complementado em sua versão 2004, pelo conteúdo do Seminário para os Novos Prefeitos proposto pela CNM (Confederação Nacional de Municípios), co-promotora do evento. A AMP (Associação Paranaense de Municípios) também ofereceu seu apoio ao Congresso e teve participação efetiva nos painéis apresentados. A mesa solene de abertura foi composta pelo governador Geraldo Alckmin, Marcos Monti (APM), Paulo Roberto Ziulkoski (CNM), Joares Lima Henrichs (AMP), Olívio Dutra (ministro das Cidades), Renato Martins Costa (Tribunal de Contas do Estado

de diversas autoridades

de São Paulo), Arnaldo Madeira (deputado federal e secretário-chefe da Casa Civil do Estado de São Paulo), Cláudia Costin (secretária de Estado da Cultura) e Celso Giglio (presidente eleito da APM, para o quadriênio 2005/2008), dentre outras autoridades estaduais e federais.

Para o governador Alckmin o evento é de suma importância, porque discute novos modelos

**Município:
elemento
básico para
o planejamento
urbano**

gerenciais e como utilizar a tecnologia da informação em prol da população. “Aqui serão explicados os programas e equipamentos do governo estadual que estão à disposição dos gestores públicos.

Nada melhor do que os prefeitos e vereadores aproveitarem ao máximo este evento promovido pela APM, a melhor casa do municipalismo em São Paulo. O processo de ajuste fino e permanente, no que se refere à arrecadação do ICMS [Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços], com vistas a não aumentar a carga tributária para a formalidade, o que reflete um entrave ao desenvolvimento”.

O presidente da APM, Marcos Monti, afirmou que “é de suma importância que todos os gestores públicos tomem ciência da necessidade da busca pelas inovações da tecnologia da informação e a sua aplicabilidade para os municípios. Não queremos que nenhum gestor público municipal fique para trás. As ações do governo estadual e a preocupação em modernizar a máquina, faz com que os gestores se conscientizem da importância da tecnologia da informação. As mudanças implantadas pelo movimento municipalista faz valer a voz dos municípios”.

Representando o governo federal, o ministro das Cidades, Olívio Dutra,



Olívio Dutra, ministro das Cidades e o presidente da APM, Marcos Monti na abertura do 5º CBTIM

ressaltou a representatividade das entidades promotoras do evento. “As reivindicações tanto da APM quanto da CNM ecoam no governo federal e são altamente



Paulo Ziulkoski, presidente da CNM, co-promotora do 5º CBTIM



Grande público prestigiou o Congresso durante os quatro dias

responsáveis e comprometidas com a missão de lutar pela causa municipalista. Não dá para fazer planejamento urbano sem a ação do município, que é o elemento básico da federação e as entidades municipalistas são fundamentais para o processo de aproximação dos municípios com o governo

federal. Esta é a grande articulação e deve ser preservada para que ocorra um perfeito entendimento entre os entes federados, o que gerará mudanças na política nacional e na implantação das políticas públicas que darão norte a uma melhor qualidade de vida”.



Alckmin comenta resultados obtidos pela BEC

Durante o 5. CBTM, o governador Geraldo Alckmin comentou sobre os resultados obtidos pelos programas implantados pelo Estado: BEC (Bolsa Eletrônica de Compras) e Pregão Presencial.

A BEC foi apresentada pela primeira vez aos municípios durante a quarta edição do Congresso, realizada em 2003. Na ocasião o próprio governador explicou os benefícios que o programa proporcionaria para as prefeituras que aderissem ao projeto. Após um ano, 65 dos 645 municípios do Estado assinaram convênio com a BEC e com o Pregão Presencial. “Ainda é um número muito pequeno, mas vem crescendo gradativamente. A BEC é uma verdadeira vacina contra a maracutaia no processo de compras e faz com que a administração municipal seja transparente. O Estado disponibiliza, sem custos, toda a experiência e todo o trabalho já realizado nessa área”, disse o governador.

De acordo com Alckmin, a utilização deste instrumento permite, além da redução de gastos, melhorar a qualidade da prestação do serviço público e o acesso da população à informática. Como exemplo, o governador citou o “Poupatempo”, que oferece serviços de qualidade e conta com 99% de aprovação, e o programa

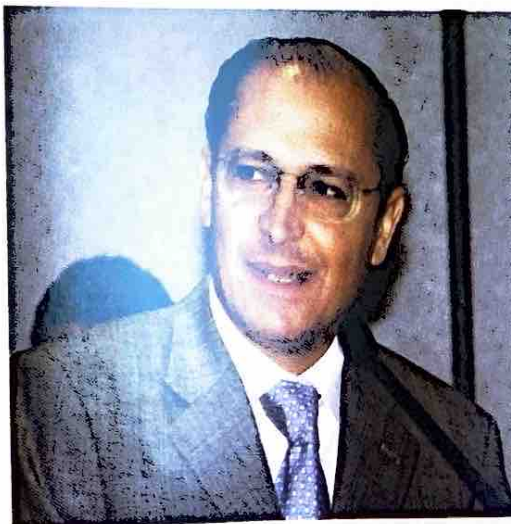
“Acessa São Paulo”, com infocentros espalhados por todo Estado, para que a população possa aprender a manipular computadores e ter acesso aos instrumentos da tecnologia da informação. Os municípios interessados em implantar a BEC ou o Pregão Eletrônico contam com o apoio do governo do Estado, que disponibiliza todas as informações.

Economia

O governo paulista atingirá, até o final do ano, a marca de R\$ 1 bilhão em economia nas compras efetuadas. Todas as compras e serviços governamentais são feitos por meio da BEC e do Pregão Presencial. “No governo do Estado é proibido comprar por outro sistema. Desde cadernos, pneus e remédios, até automóveis. As compras realizadas por essas duas modalidades colocam a economia de mercado a serviço do governo. Compra-se mais barato e melhor. É eficiência gasto público e transparência administrativa”, enfatizou Geraldo Alckmin.

Exportações

O governador criticou a redução do Fundo de Compensação das exportações durante o 5º Congresso. “Além de diminuir o percentual da devolução, os estados perdem com a desoneração de ICMS (Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços) das exportações, também foi adotado outro critério, levando em consideração o saldo da balança comercial. Com isso, São Paulo deverá receber 3% este ano e, em 2005, não terá devolução. Além de receber menos imposto com as exportações, os estados precisam devolver crédito tributário aos exportadores, já que o ICMS é um imposto de valor agregado”, finalizou.



Intel apresentou experiência de "cidade digital" vivida nos Estados Unidos

Expert na área de tecnologia da informação fica surpreso com acesso dos brasileiros a programas de inclusão digital

Natural da cidade de Portland, no Estado de Óregon, nos Estados Unidos, Paul Butcher é uma das principais autoridades da área de tecnologia da informação no mundo. Parte de seus amplos conhecimentos foram compartilhados com os gestores públicos brasileiros durante o 5.

Maior preocupação americana é com a segurança

CBTIM.

Paul Butcher compareceu ao evento atendendo convite da Intel e da APM e iniciou o painel (que contou com tradução simultânea) demonstrando seu conhecimento sobre o uso da Internet pela população brasileira. Para surpresa dele o Brasil é um País que, embora sendo de terceiro mundo, tem um grande número de usuários. Segundo pesquisa feita por sua equipe, Butcher divulgou que 12,5% da população brasileira têm acesso ao computador; sendo que 8% acessam a Internet. O número mais espantoso foi o que apontou que 97% dos moradores brasileiros de áreas urbanas

têm acesso à rede mundial de computadores. "Por mais incrível que possa parecer, o Brasil está um pouco mais à frente dos Estados Unidos e de muitos outros países. O pouco que já pude analisar sobre o Brasil é que os governos atuam em conjunto com as empresas de telefonia", declarou o gerente da Intel nos Estados Unidos.

No entanto, o conceito de "cidade digital" só foi aplicado até hoje nos Estados Unidos. Os pilares desse modelo consistem em acesso com baixo custo à população como um todo e ações governamentais

bem-estruturas com a utilização da tecnologia da informação. O trabalho das empresas de TI, entre elas a Intel, tem fundamental importância nesse processo, pois são elas que oferecem informações e instruções para os governos poderem implantar salas de acesso digital aos servidores públicos e para a população.

A experiência de "cidade digital" já existente nos Estados Unidos foi apontada por Butcher como muito preocupada com a questão da segurança, que é o maior medo vivido pelos norte-americanos



Paul Butcher, gerente de negócios da Intel, uma das patrocinadoras do evento, apresentou painel sobre experiência de "cidade digital" nos Estados Unidos



Público presente ao painel da Intel, que teve tradução simultânea...

pós o 11 de setembro. “A maior preocupação dos governantes nos Estados Unidos é garantir a segurança dos policiais, bombeiros e, logicamente, da população”, revelou Butcher.

Manuseando dois *laptops* Butcher demonstrou e o público presente pôde conferir a exibição de download de um arquivo da internet que mostrou um programa produzido por intermédio do conceito de “cidade digital”. Depois de aberto, o arquivo apresentou imagens, em tempo real, feitas por câmeras sem fio colocadas em pontos estratégicos

na cidade de Nova Iorque e em viaturas policiais. “O resultado desta ação que está sendo aplicada e implantada nos Estados Unidos tem sido amplamente satisfatório e o serviço será disponibilizado pela

Intel aos prefeitos brasileiros que queiram implantar este mesmo sistema em cidades do País que estiverem interessadas e que possuam a tecnologia *wireless*. A tecnologia *wireless* é uma luz no fim do túnel, já que oferece um maior número de opções para os municípios, mesmo aqueles que não possuam muita verba para ser investida no setor, pois as câmeras sem fio têm custo mais baixo por não necessitarem de cabos”, finalizou Butcher. IMP



... e mereceu questionamentos por parte dos gestores interessados

Sistema Único de Saúde é debatido durante Congresso

O secretário de Atenção à Saúde afirma que o Ministério trabalha para melhorar a qualidade dos atendimentos



Jorge Solla (acima), secretário de Atenção à Saúde do governo federal, respondeu a questões, como a feita pelo prefeito de Palestina



Dezenas de prefeitos e vereadores paulistas e de outros estados acompanharam o painel sobre “Saúde”, apresentado durante o 5. CBTIM pelo secretário de Atenção à Saúde do ministério da Saúde, Jorge Solla.

O SUS (Sistema Único de Saúde) foi o principal assunto abordado pelo representante do governo federal. Solla afirmou que o SUS é um dos mais maiores serviços públicos de saúde do mundo, devido à grande demanda da

população brasileira. Solla alertou que “a saúde não vinha sendo bem tratada pelas administrações anteriores. Estamos trabalhando arduamente para melhorar a qualidade do atendimento oferecido ao público”.

Atualmente existem 63.662 unidades ambulatoriais do SUS onde são realizados anualmente cerca de um bilhão de procedimentos de atenção básica, 288 milhões de exames patológicos, 9,3 milhões de

ultra-sonografias, 2,5 milhões de procedimentos obstétricos, 94 mil cardiológicos, 72 mil cirurgias

Governo Federal quer reduzir alíquota do ICMS para medicamentos

cardíacas, 105 mil internações oncológicas, 11 mil transplantes e 97 mil hemodiálises.”Somos o primeiro país do mundo em oferta de transplantes”, afirmou o secretário Solla.

Segundo ele ainda há muito trabalho a ser feito pelo ministério, para oferecer qualidade de vida à população. “O governo federal fez um plano de saúde para o biênio 2005/2006 que destaca ações como a racionalização e a ampliação do projeto de Assistência Farmacêutica Pública, visando incentivar a produção pública de medicamentos para a população. Nosso objetivo com a Farmácia Popular é obter subvenção para medicamentos de hipertensão e diabetes na rede privada varejista por meio de parcerias com estados, municípios

e entidades filantrópicas. Além disso, pretendemos criar diretrizes e projetos prioritários implementando a política nacional de saúde, com a maior inclusão social que já se fez na história deste País”, acredita o secretário do governo federal.

Redução de ICMS

A pretensão do Ministério da Saúde para breve é reduzir a alíquota de recolhimento do ICMS [Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços] para um grande elenco de medicamentos, principalmente aos voltados para os atendimentos básicos e que, segundo Solla são os mais procurados. “O gestor federal irá formular, normatizar e avaliar a implementação da política nacional de saúde e cooperar



técnica e financeiramente com os estados e municípios. Será um processo gradual e contínuo e queremos contar com a participação e colaboração dos gestores estaduais e com a participação efetiva dos gestores municipais, pois são eles que realmente conhecem as potencialidades e as deficiências que afligem as cidades que administram; as necessidades de suas comunidades”, finalizou Solla.



Em todos os painéis o público sempre atento

Comissão Tripartite discutiu participação dos municípios na gestão ambiental

Capacitar gestores e conselheiros ambientais é o objetivo da Comissão Tripartite Nacional, para ampliar o Sisnama

O painel “Desenvolvimento Sustentável”, apresentado durante o 5. CBTIM, enfatizou a atuação da Comissão Nacional Tripartite do Meio Ambiente que tem como objetivo central capacitar gestores e conselheiros ambientais com vistas a ampliar e fortalecer a compreensão do Sisnama (Sistema Nacional de Meio Ambiente) junto aos estados e municípios. Além disso, a Comissão Tripartite busca promover o desenvolvimento de mecanismos para a gestão ambiental compartilhada, integrada e adequada às competências de cada ente federado, além de aproximar

os trabalhos realizados pelos três níveis de governo (federal, estadual e municipal).

Volney Zanardi Júnior, diretor do departamento de Articulação Institucional do ministério do Meio Ambiente e um dos palestrantes do painel, alertou para a importância dessa integração. “É fundamental discutir qualquer questão de âmbito nacional com a participação dos gestores públicos municipais. As ações começam no município. A base de saneamento, o uso do solo, planos diretores e até a maneira como verde é tratado, ocorrem diretamente nos municípios”,

Questões nacionais devem ser discutidas com gestores

afirmou Zanardi.

As diretrizes do programa foram definidas e compreendem a gestão ambiental compartilhada, considerando os princípios de municipalização e desconcentração, além do compromisso com a continuidade, da construção conjunta, da forma e do conteúdo, das atividades de capacitação, levando em conta as experiências bem-sucedidas. Foi decidida articulação com os temas estruturantes, o compromisso com os instrumentos de planejamento e gestão, o estabelecimento de parcerias que dêem efetividade ao desdobramento da política ambiental compartilhada e integrada e o acompanhamento e a avaliação permanente do programa.

Os eixos temáticos que serão abordados pelo programa são a estrutura e o funcionamento do Sisnama, com ênfase na organização e no fortalecimento dos sistemas



Volney Zanardi Júnior (à esquerda), diretor do Departamento de Articulação Institucional, do Ministério do Meio Ambiente discorre sobre o Sisnama



Gestores municipais e conselheiros ambientais implantarão o Sisnama em todo o País

municipais de meio ambiente, bem como os instrumentos de gestão e o compartilhamento de competências. A participação e a mobilização social serão controladas por meio das instâncias do Sisnama e o financiamento será viabilizado pelos fundos disponíveis e terá legislação pertinente. Foram também delimitadas estratégias de implementação do programa sendo as principais: o fortalecimento das iniciativas em desenvolvimento, com apoio àquelas que estão em processo de implementação e o incentivo aos estados que desenvolverem iniciativas de descentralização, além da definição dos temas básicos para capacitação. A partir das diretrizes do programa, desenvolver proposta de capacitação para cada estado, discutindo no âmbito das comissões tripartites estaduais. Formalizar o compromisso de adesão ao programa por meio de instrumento legal, além de acompanhar e avaliar

de forma permanente a Comissão Tripartite Estadual, oferecendo também apoio à discussão e a troca de informações e o intercâmbio de experiências.

A comissão tripartite nacional é formada pelo ministério do Meio Ambiente/Ibama, Abema (Associação Brasileira de Entidades de Meio Ambiente) e Anama (Associação Nacional de Meio Ambiente). A Confederação Nacional de Municípios participa da Anama e o representante da entidade no órgão é o presidente Paulo Ziulkoski. Já a Associação Paulista de Município possui uma cadeira no Consema (Conselho Estadual de Meio Ambiente) que é representada pelo diretor da entidade, Antônio César Simão. “Estamos à disposição de todos os municípios paulistas que queiram colher informações e atuar ao nosso lado nas



questões relativas ao meio ambiente. A APM tem acesso a todas as informações discutidas pela Comissão Tripartite Nacional”, garantiu Simão.

A agenda e mais informações sobre o que vem sendo discutido e realizado pela Comissão Tripartite Nacional e pelos Conselhos Estaduais e Municipais de Meio Ambiente podem ser obtidas no site oficial do ministério do Meio Ambiente: www.mma.gov.br



Fredmar Correa, membro da Comissão Tripartite Estadual

Sebrae destaca importância da atuação dos prefeitos como agentes empreendedores

Serviço ofereceu aos gestores municipais alternativas que priorizam e incentivam o desenvolvimento sustentável

Um novo contingente de prefeitos irá assumir a responsabilidade de administrar seus municípios a partir de janeiro de 2005. É a oportunidade de instalar um novo modelo de desenvolvimento sustentável que produza riquezas e justiça social. Pensando nisso, o Sebrae (Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas) participou do 5. CBTIM com o painel “O prefeito como agente empreendedor”, ministrado pelo gerente de Políticas Públicas da entidade, Silvério Crestana.

Durante o painel foi distribuído o “Guia do Candidato Empreendedor”, que explica aos prefeitos eleitos e reeleitos a funcionalidade dos micro e pequenos negócios e como incentivá-los nas cidades, independentemente do perfil. Apresenta também as razões para as quais estes negócios merecem apoio para que tenham êxito e como eles promovem a geração e distribuição de renda e fixam a riqueza e o desenvolvimento no próprio município.

Medidas que deram certo

Desde 2001, o Sebrae realiza o prêmio Prefeito Empreendedor que procura dar visibilidade nacional aos prefeitos cujas administrações são marcadas por ações integradas



Silvério Crestana, assessor de Políticas Públicas do Sebrae, apresentou opções para gestão bem-sucedida

de fortalecimento dos pequenos negócios. Durante o painel ministrado por Silvério Crestana foram discutidas diversas ações de prefeitura de todos os cantos do país, que foram reconhecidas e premiadas na edição do prêmio deste ano. Dentre elas facilitar o acesso ao crédito e reduzir o custo dos empréstimos; adotar políticas de incentivos fiscais; facilitar a abertura e o funcionamento de micro e pequenas empresas; priorizar as pequenas empresas nas compras governamentais; estimular a capacitação e o empreendedorismo; investir em infra-estrutura e serviços públicos; promover o desenvolvimento do mercado local, regional e a exportação; ampliar o acesso à tecnologia, apoiar as entidades representativas da

sociedade; fazer um diagnóstico municipal; montar equipes de planejamento; elaborar programas e criar espaços de participação social

Entidade procura dar visibilidade às administrações bem-sucedidas

como conselhos, fóruns ou agências. Segundo Crestana, “as forças para que os municípios e seus gestores exerçam plenamente suas ações são empreendedorismo e associativismo, que provocarão reviravoltas em todos os setores”.

Prefeitos de Potirendaba e Praia Grande comentam experiências com inclusão digital

Cidades do interior e do litoral paulista realizam inclusão digital e oferecem ferramentas para vários setores

O painel “Inclusão Digital” do 5º CBTIM apresentou as experiências de dois municípios paulistas: Potirendaba (interior do Estado) e Praia Grande (litoral Sul). Os prefeitos José Luiz Franzotti e Alberto Pereira Mourão expuseram os trabalhos desenvolvidos em suas cidades.

Mourão, de Praia Grande, destacou o trabalho de inclusão digital a partir da implantação do anel de fibra ótica e do projeto “Cidade Integrada”, que resultaram no acesso de crianças e adultos ao mundo da tecnologia da informação. Entre as abordagens que o prefeito fez sobre seu município destaca-se



José Luiz Franzotti,
prefeito de Potirendaba,
aplica a TI em diversos
setores municipais

o programa “Infopai”, que oferece noções de informática aos pais de alunos da rede municipal de ensino; o projeto “Melhor Idade On-Line”, voltado para a Melhor Idade. Além disso, foi implantada tecnologia que permite a todos os estudantes das escolas mantidas pela prefeitura local, terem seu próprio *e-mail* e podem, desta forma acessar a internet e se comunicar com estudantes e até mesmo com seus colegas de outras cidades e também estados.

Já Franzotti, de Potirendaba, comentou seu trabalho nas áreas de saúde, educação, agricultura, obras, alimentação, segurança, cultura, esporte, saneamento básico, coleta seletiva e área social, sendo todos agilizados graças à tecnologia da informação. “A TI propiciou que nosso serviço ficasse mais rápido, inteligente e transparente. Dentre inúmeras ações fizemos a digitalização de lotes, cadastramento de todos os cidadãos e boletins informatizados nas escolas”, comemorou o prefeito José Luiz.

Além disso, todas as unidades de saúde são informatizadas e fornecem prontuários eletrônicos e os dados são cruzados entre elas. “Quando um cidadão chega em uma de nossas unidades básicas de saúde é verificado seu prontuário eletrônico. Com



Alberto Pereira Mourão,
prefeito de Praia Grande,
apresentou o programa
“Cidade Integrada”

ele nas mãos, os funcionários que prestam atendimento em qualquer um dos setores, podem ver quais os procedimentos que já foram necessários como: vacinas, exames, operações, entre outras. Conseqüentemente, o atendimento por parte do médico é muito mais eficaz”, finalizou Franzotti.

Ações da Segurança Pública expostas durante o Congresso

Secretário de Estado da Segurança Pública apresentou ações e criticou prefeituras que têm Guardas Municipais



Saulo de Castro Abreu Filho, secretário de Estado da Segurança Pública: "O 190 do Estado é gratuito e oferece agilidade e eficiência"

O painel "Segurança Pública" ministrado pelo secretário de Estado, Saulo de Castro Abreu Filho, expôs o funcionamento da COI (Central de Operações Integradas), que é uma parceria entre a Polícia Militar – Comando de Policiamento do Interior 1 – com prefeituras do vale do Paraíba, em especial São José dos Campos. A novidade do COI foi criar a possibilidade de qualquer local que possua uma central de informações, receber

uma chamada telefônica de emergência, poder registrá-la na tela do sistema de computadores e remetê-la por linha telefônica. O secretário destacou que é importante os prefeitos utilizarem, exclusivamente, o sistema 190 da polícia militar do Estado, ao invés do serviço próprio da cidade. "É um serviço gratuito para os municípios que ganha agilidade e eficiência", garantiu o secretário. Este sistema da polícia militar da

secretaria de Estado da Segurança Pública contabiliza, em média, ao mês, 900 mil ligações na Capital, além de 1,5 milhão na Grande São Paulo, 4,5 milhões em todo o Estado com uma média de 150 mil ligações/dia. Destas ligações, 10% geram despachos de viaturas aos locais solicitados, 60% são orientações dadas ao público (informações e casos de ocorrências de furto já consumado); os restantes 30% são trotes telefônicos.

Infocrim

O Infocrim (Sistema de Informações Criminais) também foi abordado no painel ministrado pelo secretário. Trata-se de um sistema que possibilita o acesso on-line das informações de ocorrências criminais. "É feito um mapeamento e a radiografia de todo o tipo de ocorrência sucedida em cada município que tenha o sistema implantado. São Paulo é o único Estado do País que dispo-

**190 recebe,
hoje, 4,5
milhões de
ligações
ao mês**

nibiliza este serviços aos municípios”, informou Saulo de Castro.

Segundo ele, “o Infocrim possibilita aos gestores públicos municipais saberem quais ações podem tomar em suas cidades sempre, é claro,

Prefeituras criam Guardas Civis e não têm como sustentá-las

agindo em pareceria com a Polícia Militar. Trata-se de um auxílio que prestamos à sociedade e não é um favor e sim o cumprimento de nossa obrigação. Agora, é necessário que prefeitos, principalmente os de cidades de médio e pequeno portes, deixem de agir como xerifes e passem a utilizar o Infocrim”, acredita o secretário de Estado.

Guardas Civis Municipais

O secretário criticou, de maneira categórica, as prefeituras que possuem o serviço de GCM (Guarda Civil Municipal). De acordo com ele, possuir GCM é um grande erro e apenas gera despesas desnecessárias por parte da prefeitura. “Se eu fosse prefeito, minha cidade não teria Guarda Municipal. É muito bonito fazer, mas, assim como criar filhos, é muito difícil sustentar. As GCMs geram muito custo e erro ainda maior que um prefeito pode

cometer é construir uma base para a Guarda, pois ela imobiliza a ação do batalhão”, explicou o secretário e acrescentou: “Com o passar do tempo o guarda municipal começa a exigir o salário de um policial militar e nenhuma prefeitura tem facilidade ou disponibilidade financeira para arcar com esta despesa extra e, conseqüentemente, a municipalidade deixa de investir nas áreas sociais ou em obras que sejam mais prementes”. Mas, para as prefeituras que possuem GCM Saulo deixou um conselho: “Quem as têm não deve simplesmente acabar com elas. A melhor ação, neste caso, é integrá-la à Polícia Militar”.

Copom on-line

O Copom *on-line* também abordado durante o painel, consiste em um sistema integrado desenvolvido pela Polícia Militar que permite, em tempo real, monitorar todas as



ocorrências em andamento (pelo 190) e as viaturas em operação. Este serviço oferecido pelo governo do Estado, já está em funcionamento na Capital, ABCD, Osasco, Guarulhos, Santos, São Vicente, Campinas, Bauru, Ribeirão Preto, São José do Rio Preto e Sorocaba. “Com este serviço é possível saber os motivos de falhas em alguma ação empreendida e, inclusive, quando e quem cometeu tal falha. Assim torna-se muito mais fácil tomar providência, com maior eficácia e justiça”, finalizou o secretário Saulo de Castro.



Painel sobre Segurança Pública, uma das maiores preocupações hoje, foi dos mais concorridos



bb.com.br

BB Responde 0800 78 5678

M

odernizar processos administrativos.

O seu Município só tem a ganhar.

Soluções exclusivas
para o Setor Público.
Arrecadação de Tributos
e de Dívida Ativa,
Investimentos BB e muitas
outras soluções para reduzir
os custos e incrementar
receitas. É o Banco do Brasil
cada vez mais parceiro
do País e do seu Município.



O tempo
todo com
você



5º CBTIM/Encerramento



Presidente da Assembléia ativa encerrou 5º CBTIM

Adney Beraldo presidiu a solenidade de encerramento, que condecorou Ziulkoski e já contam com...



Paulo Ziulkoski; do secretário de Estado dos Transportes, Dario Rais Lopes, entre outros.

Para Marcos Monti, o sucesso do evento se deve ao grande número de congressistas presentes desde o início da intensa programação. "Já foram registradas mais de

do evento. parte do êxito deve ser compartilhado com a Confederação Nacional de Municípios, com nossos patrocinadores, com o governo estadual, entre outros importantes parceiros que compactuam e participam conosco desta luta pela causa municipalista em nosso Estado e no País".

5CBTIM



Ziulkoski recebe troféu Mérito Municipalista no encerramento

O presidente da Confederação Nacional dos Municípios recebeu o troféu Mérito Municipalista das mãos do atual presidente da APM e do presidente eleito para o quadriênio 2005/2008, Celso Giglio.

Paulo Ziulkoski interessou-se por política ainda jovem. Iniciou na militância estudantil em 1967, quando foi secretário da União Gaúcha de Estudantes Secundaristas. Seu primeiro cargo como gestor público foi em 1969, quando foi eleito vereador na cidade de Guaíba, no Rio Grande do Sul (FAMURS). Na época, construiu a sede da entidade gaúcha. Já em 1977 foi eleito, pela primeira vez, presidente

da CNM, com sede em Brasília. Depois, voltou a ser prefeito de Mariana Pimentel e, em 2000, foi eleito pela segunda vez, presidente da CNM, cujo mandato irá até 2006.

Ziulkoski declarou estar muito satisfeito por ter sido escolhido para receber a homenagem por parte da APM. "A APM é uma das entidades com história e trajetória mais longas do movimento municipalista. A maioria das principais discussões acontece em São Paulo, que é o Estado que mais impulsiona o País. A CNM nasceu, em grande parte, graças à atuação dos membros mais antigos da APM, entre eles Dalva Christofoletti", recordou Ziulkoski.



Exposição paralela no 5º CBTIM



O 5º CBTIM contou com a participação de dezenas de patrocinadores e expositores como o banco Nossa Caixa, Intel Semicondutores do Brasil Ltda., Bradesco e Caixa Econômica Federal, que patrocinaram o evento. A quinta edição do Congresso contou com a exposição paralela dos seguintes participantes: Almeida e Silva Assessoria e Representações, Alcon Radiocomunicação, CEPAM, Cetil Informática, CNM, Desk Móveis Escolares e Distribuidora, Ebiz Solution, FortForm Formulários, Governo federal, GPI Sistema, Griffon Serviços & Associados, Lumitraf Sinalização Viária e de Segurança, NEXT Sistemas e Consultoria Empresarial, Rede Soluções e Informática, Sebrae, Softway/Softcomex, Tablett, Tecnomat do Brasil Lâmpadas e Acessórios e WorkLine System. O 5º CBTIM contou com o apoio do Governo do Estado de São Paulo, Tribunal de Contas do Estado de São Paulo e Governo Federal.



Lu Alckmin inaugura padarias artesanais no Paraguai

A primeira-dama do Estado inaugurou no Paraguai padarias artesanais similares às implantadas pelo Fundo em São Paulo

A presidente do Fundo Social de Solidariedade do Estado de São Paulo (Fussesp), Maria Lúcia Alckmin, reuniu-se no último dia 25 de novembro, em Assunção, Capital do Paraguai, com a ministra das Relações Exteriores daquele país, Leila Rachid de Cowles. Lu Alckmin foi ao Paraguai para a inauguração oficial do Programa Padarias Artesanais naquele País. Durante o encontro, a ministra afirmou que o trabalho desenvolvido pelo Fussesp com as Padarias Artesanais deve servir de modelo para o programa que está sendo iniciado em seu País. Ela também demonstrou interesse em implantar o Governo Eletrônico e, principalmente, o Poupatempo, que oferece atendimento em nível de retirada de documentos para os apaulistanos e que está sendo implantado em outras cidades como Osasco (na Grande São Paulo) e Santos (no Litoral paulista). “Para o Paraguai, São Paulo é uma referência empresarial na América do Sul”, destacou Cowles. Lu Alckmin também esteve com a ministra de Ações Sociais, Ester Gimenez. “A vinda da presidente do Fundo Social de Solidariedade do Estado de São Paulo para o nosso País abre uma possibilidade de cooperação técnica entre o Governo de São

Paulo e o do Paraguai, na busca de soluções para os problemas sociais”, enfatizou a ministra. A presidente do Fussesp foi recepcionada pelo embaixador do Brasil, Walter Teclly Moreira, e sua mulher, Marie Helene Michelas Moreira.

Lu Alckmin fez uma exposição da estrutura e das ações desenvolvidas pelo Fundo Social de Solidariedade e apresentou detalhadamente o Programa Padarias Artesanais, que vem sendo difundido na Capital e

**Programa
ofereceu
inclusão social
à população
do Estado**

em cidades do Litoral e Interior e tem contribuído para o aumento da renda familiar, oferecendo empregos e dignidade à grande parcela da população do Estado que se encontrava desempregada. Também enfatizou a importância da parceria com a iniciativa privada, que participa do programa com a doação dos kits que são encaminhados às entidades



Lu Alckmin foi recepcionada pela ministra de Ações Sociais, Ester Gimenez

assistenciais e Fundos Municipais de Solidariedade.

A estrutura do órgão de ação social e solidariedade, comandado por uma primeira-dama, é muito recente no Paraguai. A Red Paraguaya para el Desarrollo Humano (Repadeh), que tem a mesma atribuição do Fundo Social de Solidariedade de São Paulo, existe há um ano.

Quanto esteve no Brasil, a primeira-dama paraguaia, Glória Penayo de Duarte, presidente da Rapadeh, conheceu o sistema adotado por Lu Alckmin, que estabelece parcerias com Fundos Municipais de Solidariedade, e levou o sistema para seu País. A diferença é que, lá, são as primeiras-damas dos Estados, e não dos municípios, que estão se organizando. Há três meses, elas criaram a Associação das Mulheres de Chefes de Departamentos (governadores) e já atuam em parceria com a Repadeh.

RESPEITO

PELOS CIDADÃOS, PELAS FAMÍLIAS E PELA

O Estado de São Paulo tem o maior programa de habitação em andamento no País.

Nos últimos dois anos, o programa Pró-Lar da CDHU ajudou a realizar o sonho de mais de 80 mil famílias em todo o Estado. Desde 2003, foi investido R\$ 1,9 bilhão em moradias populares. As famílias beneficiadas são escolhidas em sorteios públicos, realizados na presença de todos, e os contratos ficam no nome da mulher. Além disso, 7% dos imóveis são destinados aos portadores de deficiência e 5% são reservados para idosos. É o Governo do Estado de São Paulo se esforçando para garantir moradias dignas e melhor qualidade de vida à população de baixa renda.

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
RESPEITO POR VOCÊ

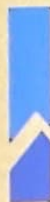
EITO

O SEU MAIOR SONHO: A CASA PRÓPRIA.



Companhia de
Desenvolvimento
Habitacional
e Urbano

CDHU



O STF e as contratações temporárias pelos municípios

Executivo deve contratar pessoal por prazo determinado, e não se responsabilizar pela falta de atendimento

FÁBIO BARBALHO LEITE*

Em 25 de agosto passado, o Supremo Tribunal Federal (STF) proporcionou ao País maior margem de liberdade para suprir seus quadros de pessoal, quando definiu em termos mais abrangentes e realistas as hipóteses constitucionais da contratação pelo Estado de agentes públicos por prazo determinado. O Pleno do STF decidiu ser possível contratar por prazo determinado em caso de necessidade temporária por interesse público relevante, mesmo em atividades estatais *permanentes*. A decisão refere-se à Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 368 proposta por um partido político contra a legislação que autoriza esse tipo de contratação pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade).

Segundo o ministro Eros Grau, que expôs o pensamento majoritário da Corte, o artigo 37, IX da Constituição Federal "não separa de um lado atividades em caráter eventual, temporário ou excepcional e de outro atividades de caráter regular e permanente. Não autoriza exclusivamente a contratação por tempo determinado de pessoal que desempenha atividades de caráter eventual, temporário ou eventual. Amplamente autoriza contratações para atender a necessidade tem-

porária de excepcional interesse público".

Além das figuras do servidor público; do cargo comissionado; do trabalhador público ocupante de posto de trabalho regular; e do servidor que exerce função, a Constituição Federal aponta ainda, em seu artigo 37, IX, um quinto modo de relacionamento funcional com a administração pública, o "contratado por prazo determinado". Essa contratação estaria condicionada à previsão legal de hipóteses voltadas a atender "necessidade temporária de excepcional interesse público".

Tradicionalmente a doutrina e os órgãos de controle da administração pública têm considerado duas classes de atividades estatais. Uma, das atuações regulares, correntes, não efêmeras e já inseridas na rotina da operação estatal; outra, das atividades que surgem por demandas de caráter



Fábio Barbalho Leite: "Novos legisladores podem contratar mão-de-obra, caso quadro seja deficitário."

inesperado, emergencial ou excepcional e, portanto, episódicas. Esse entendimento conclui que a contratação de agente público por prazo determinado só é possível no âmbito das atividades estatais de caráter não regular. A interpretação gerou recorrentes problemas e inspirou várias ações de improbidade administrativa

ajuizadas, em geral, por atropelo. Ocorre que as demandas de serviço superiores à capacidade de um dado quadro de pessoal em atividades regulares do Estado são muito mais comuns do que se imagina. Circunstâncias conjunturais – para as quais o quadro de pessoal e o planejamento orçamentário não estão satisfatoriamente preparados – podem impor demanda superior de serviços cuja única solução é a de contratar trabalho por prazo determinado ou terceirização.

É o caso do incremento de serviços públicos exigidos pelo crescimento conjuntural da economia, sobre o qual dificilmente a União Federal, os estados, o Distrito Federal e os municípios têm condições de dimensionar exata e antecipadamente a quantidade de funcionários para suportar as exigências prementes. Ou das necessidades de engenheiros, sanitaristas, educadores, advogados para enfrentar projetos inseridos em atividades regulares da administração, mas com marcadas demandas temporárias, não emergenciais nem efêmeras, que se estendam por vários exercícios fiscais. É o caso de demandas súbitas de mão-de-obra para suprir licenças, afastamentos, suspensões, falecimentos e aposentadorias proporcionais de agentes públicos.

Há também contingências da Democracia, cuja solução não deve substituir o respeito aos poderes nem prejudicar a sociedade, quando os trâmites do Poder Legislativo promovem a discussão, a seu tempo, da conveniência de expansão de

quadros funcionais. Nesse caso, presente a necessidade inadiável de pessoal, é lícito que o Executivo use, segundo lei municipal, a contratação por prazo determinado, até para não arcar com a responsabilidade pela frustração do atendimento de demanda coletiva.

Os novos mandatos políticos que se avizinham ensejarão ainda, legitimamente, que seus executivos, no uso de discricção político-administrativa consistentemente fundamentada, possam considerar insuficientes quadros de pessoal

Legisladores poderão contratar mão-de-obra temporária

deixados pela administração anterior e necessitem para o atendimento de regular demanda coletiva – segundo lei e salvo grave emergência – a contratação temporária, enquanto se promovem medidas legais e administrativas de expansão estável do quadro deficitário.

Outra forte realidade – comum em médios e pequenos municípios – é a difícil fixação de um profissional na localidade por um prazo incerto e estável, por características do mercado de trabalho. Isso não poucas vezes impõe às prefeituras a contratação por prazo determinado de médicos e dentistas, por exemplo. Embora a prestação de serviço

social seja demanda permanente, a contratação temporária de pessoal será aí sempre viável, enquanto não se realizar concurso público para preenchimento de cargo ou emprego público estável.

Esses e outros casos podem agora ser mais tranqüilamente bem resolvidos por contratações de pessoal por prazo determinado, segundo a interpretação constitucional dada pelo Supremo Tribunal Federal. Todos cuidam rigorosamente de necessidades temporárias de contratação de pessoal da administração pública em serviços regulares, seja por dificuldade de formar ou suprir um quadro de pessoal ou por impossibilidade de dimensionar seguramente o nível de demanda estável.

Enfim, questão crucial está no procedimento que deve ser seguido para escolha dos novos contratados. Aqui, é óbvio, as premências não se resolvem com a realização de concurso público nos moldes tradicionais. Basta a realização dos chamados “procedimentos seletivos simplificados” (como aponta, no âmbito federal, a Lei n. 8.745/95, artigo 5º; e recentemente indicado em Resolução do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, TCA 15248/026/04), desde que se trate de procedimento apto a – diante das circunstâncias concretas – proporcionar uma escolha isonômica.

* Mestre em Direito do Estado PUC/SP, Professor de Direito Público FADITU e sócio da Manesco, Ramires, Perez, Azevedo Marques Advocacia, manesco@manesco.com.br

São Paulo discute integração metropolitana

Prefeitos da Região Metropolitana de São Paulo concordam com Alckmin, que quer viabilizar agenda entre as 39 cidades

POR ANTOINE MOREL

A exemplo do que acontece em Campinas e na Baixada Santista, São Paulo também poderá pôr em prática a integração metropolitana. A lei que regulamenta a Região Metropolitana de São Paulo (RMSP) existe desde junho de 1973, porém, agora, 31 anos depois, o governo do Estado quer implementar uma gestão que possa viabilizar um trabalho conjunto entre as 39 cidades.

O projeto preparado pela equipe do governador Geraldo Alckmin tem a proposta bem parecida com as das cidades do interior e do litoral. Um conselho, um fundo e uma agência seriam criados para a administração da região.

“Os problemas são semelhantes para todos e precisamos de uma política única, até por causa da questão econômica. Todos juntos poderemos fazer muito mais e com menos investimentos individuais”, diz o prefeito reeleito de São Bernardo do Campo, William Dib (PSB). Situada na área ABC, uma das mais desenvolvidas nos arredores da capital, a cidade do prefeito Dib é a terceira mais populosa, só atrás de Guarulhos e São Paulo, das 39. São 700.405 habitantes. No entanto, a

população do município representa apenas 4% do total da região metropolitana. Por isso, Gabriel Chucre Fuad (PSDB), reeleito em Carapicuíba, na região nordeste da RMSP, destaca que nenhuma cidade vai conseguir se auto-sustentar em um espaço conurbado como o existente. “Tem que haver um planejamento conjunto. Se cada município trabalhar sozinho, não ajuda. Tem que se trabalhar pensando no conjunto de cidades

**Cidades têm
utilidade
própria,
nem sempre
vantajosa**

ao seu redor. Aqui em Carapicuíba, precisamos ter uma relação com o ABC e com outras áreas”.

Os discursos dos dois prefeitos, que foram aprovados pelo povo nas urnas em 2004, são parecidos no conceito com a quarta diretriz do Plano Metropolitano da Grande São Paulo desenvolvido pela Emplasa (Empresa Paulista de Planejamento Metropolitano),

órgão ligado à secretaria de Planejamento do governo do Estado. “Procurar induzir processos de decisão na esfera pública e na atividade privada que permitam o aproveitamento das potencialidades atuais e a inovação nos investimentos de alcance regional”, conclui o projeto. Implementar uma política integrada para a região não vai ser uma tarefa fácil. Apesar de representar menos de 5% do território paulista, a Grande São Paulo tem as mesmas dimensões que algumas nações, como o Líbano e a Jamaica e só perdem em população para a Cidade do México e Tóquio.

Por causa deste tamanho e do número de municípios existentes na RMSP, as cidades acabam tendo uma utilidade própria, que nem sempre é vantajosa. “Carapicuíba é uma cidade-dormitório, as pessoas trabalham em São Paulo, em Barueri e voltam para cá só para dormir. Então, o produto deste trabalho não volta para a cidade. O conselho e o fundo funcionariam como um sistema de compensação”, relata Fuad. Para Dib, um dos principais pontos que São Bernardo do Campo iria pleitear neste novo conselho seria

a questão da saúde. “Na minha opinião, os temas principais para discutirmos seriam segurança, saneamento básico, a questão das enchentes, o tratamento do esgoto, o lixo e várias questões de saúde, pois de nada adianta os municípios resolverem individualmente as suas terceirizações e questões de saúde, principalmente no item hospitais de alta tecnologia, ela precisa ser regionalizada. Não há

Agenda do Alto Tietê pode ser considerada embrião da metropolitana

recursos para você resolver essas questões individualmente.”

O prefeito eleito de Suzano, região leste, mostra que está de acordo. Marcelo Cândido (PT), que é deputado estadual até o final de 2004, afirma que além do transporte ferroviário precário, segundo ele, e o aspecto da reciclagem do lixo, a saúde é uma área que pode ser abordada em conjunto com outras cidades. “Alguns municípios não suportam sozinhos a demanda na saúde. É preciso novas unidades hospitalares. Ao contrário de Ferraz de Vasconcelos, Suzano não possui um hospital regional. E seria necessário um convênio com o governo do Estado, federal e com os outros municípios”. Cândido, mesmo na oposição

na Assembléia Legislativa, concorda com a proposta do governador e analisa, como o futuro administrador de uma cidade com 230 mil habitantes, que além da participação dos representantes de governo, estadual e municipal, o conselho a ser criado, também deveria abrir espaço para todos os agentes da sociedade civil que ajudam a gerenciar a prefeitura.

A idéia da proposta do governo do Estado, a ser estudada ainda pelo Legislativo, é ainda vista por Dib e por Junji Abe (PSDB), reeleito em Mogi das Cruzes (vizinha de Suzano), como uma continuação das iniciativas já existentes nas regiões das suas cidades, respectivamente. “A

criação desta agenda vai facilitar também o trabalho da Amat – Associação dos Municípios do Alto Tietê, que pode ser considerada, inclusive, um embrião da agenda metropolitana, da Associação de Vereadores do Alto Tietê e de outras instituições”, relata Junji Abe.

Na região do Grande ABC, Dib compara a estrutura da RMSP com a experiência no Consórcio Intermunicipal do Grande ABC, que inclui as sete cidades da região. “Mas isso ainda é insuficiente. Precisamos avançar mais, porque os problemas são semelhantes para todos e precisamos de uma política única, até por causa da questão econômica. O Estado tem que ser o grande incentivador dessa questão, pois os acordos

feitos na Região Metropolitana precisam passar pelo Estado e eu tenho certeza que isso será viabilizado quando nos reunirmos e discutirmos nossas questões, conjuntamente. É assim que nascem as parcerias e é assim que obtemos as soluções para a comunidade local.”

Mesmo em Jandira, cidade com menos de cem mil habitantes, vizinha de Carapicuíba, a criação

Cidades que compõem a Região Metropolitana de São Paulo



Arujá
Barueri
Biritiba-Mirim
Cajamar
Caeiras
Carapicuíba
Cotia
Diadema
Embu
Embu-Guacu
Ferraz de Vasconcelos
Francisco Morato
Franco da Rocha
Guararema
Guarulhos
Itapeirica da Serra
Itapevi
Itaquaquecetuba
Jandira
Juquitiba
Mairiporã
Mauá
Mogi das Cruzes
Osasco
Pirapora do Bom Jesus
Poá
Ribeirão Pires
Rio Grande da Serra
Salesópolis
Santa Isabel
Santana de Parnaíba
Santo André
São Bernardo do Campo
São Caetano do Sul
São Lourenço da Serra
São Paulo
Suzano
Taboão da Serra
Vargem Grande Paulista

a questão da saúde. “Na minha opinião, os temas principais para discutirmos seriam segurança, saneamento básico, a questão das enchentes, o tratamento do esgoto, o lixo e várias questões de saúde, pois de nada adianta os municípios resolverem individualmente as suas terceirizações e questões de saúde, principalmente no item hospitais de alta tecnologia, ela precisa ser regionalizada. Não há

Agenda do Alto Tietê pode ser considerada embrião da metropolitana

recursos para você resolver essas questões individualmente.”

O prefeito eleito de Suzano, região leste, mostra que está de acordo. Marcelo Cândido (PT), que é deputado estadual até o final de 2004, afirma que além do transporte ferroviário precário, segundo ele, e o aspecto da reciclagem do lixo, a saúde é uma área que pode ser abordada em conjunto com outras cidades. “Alguns municípios não suportam sozinhos a demanda na saúde. É preciso novas unidades hospitalares. Ao contrário de Ferraz de Vasconcelos, Suzano não possui um hospital regional. E seria necessário um convênio com o governo do Estado, federal e com os outros municípios”. Cândido, mesmo na oposição

na Assembleia Legislativa, concorda com a proposta do governador e analisa, como o futuro administrador de uma cidade com 230 mil habitantes, que além da participação dos representantes de governo, estadual e municipal, o conselho a ser criado, também deveria abrir espaço para todos os agentes da sociedade civil que ajudam a gerenciar a prefeitura.

A idéia da proposta do governo do Estado, a ser estudada ainda pelo Legislativo, é ainda vista por Dib e por Junji Abe (PSDB), reeleito em Mogi das Cruzes (vizinha de Suzano), como uma continuação das iniciativas já existentes nas regiões das suas cidades, respectivamente. “A criação desta agenda vai facilitar também o trabalho da Amat – Associação dos Municípios do Alto Tietê, que pode ser considerada, inclusive, um embrião da agenda metropolitana, da Associação de Vereadores do Alto Tietê e de outras instituições”, relata Junji Abe.

Na região do Grande ABC, Dib compara a estrutura da RMSP com a experiência no Consórcio Intermunicipal do Grande ABC, que inclui as sete cidades da região. “Mas isso ainda é insuficiente. Precisamos avançar mais, porque os problemas são semelhantes para todos e necessitamos de uma política única, até por causa da questão econômica. O Estado tem que ser o grande incentivador dessa questão, pois os acordos

feitos na Região Metropolitana precisam passar pelo Estado e eu tenho certeza que isso será viabilizado quando nos reunirmos e discutirmos nossas questões, conjuntamente. É assim que nascem as parcerias e é assim que obtemos as soluções para a comunidade local.”

Mesmo em Jandira, cidade com menos de cem mil habitantes, vizinha de Carapicuíba, a criação

Cidades que compõem a Região Metropolitana de São Paulo



Arujá
Barueri
Biritiba-Mirim
Cajamar
Caieiras
Carapicuíba
Cotia
Diadema
Embu
Embu-Guaçu
Ferraz de Vasconcelos
Francisco Morato
Franco da Rocha
Guararêma
Guarulhos
Itapeverica da Serra
Itapevi
Itaquaquecetuba
Jandira
Juquitiba
Mairiporã
Mauá
Mogi das Cruzes
Osasco
Pirapora do Bom Jesus
Poá
Ribeirão Pires
Rio Grande da Serra
Salesópolis
Santa Isabel
Santana de Parnaíba
Santo André
São Bernardo do Campo
São Caetano do Sul
São Lourenço da Serra
São Paulo
Suzano
Taboão da Serra
Vargem Grande Paulista

Poder de voto deve se maior para quem investe nos fundos

de uma integração metropolitana é bem vista. Paulinho Bururu (PT), reeleito para mais quatro anos, mostra interesse em participar do projeto. "A intenção é formar um consórcio com os municípios e levar para o conselho propostas reais para o desenvolvimento de cada uma das cidades e da região como um todo. O formato que esse conselho terá, bem como suas regras deverão ser discutidos em conjunto, de maneira a ser transparente e prever a igualdade de direitos de cada município dentro do projeto. Nisso, com certeza, seremos firmes e contundentes."

As regras, a que se refere Bururu, são exigidas principalmente na questão do fundo proposto. Na Região Metropolitana de Campinas e da Baixada Santista, o conselho trabalha com um fundo, que é bancado pelas prefeituras e pelo governo do Estado. A participação financeira dá às cidades o direito de voto. Na RMSP, o futuro prefeito Marcelo Cândido acha que deve haver uma proporcionalidade. "Uma proposta razoável nesta questão do fundo seria a proporcionalidade das cidades, ou seja, tem o poder de voto maior quem mais investe nos

fundos. Mas eu ainda acrescentaria que além dos recursos públicos, os privados também poderiam vir incrementar este fundo."

Dib não tem uma posição definida sobre como possa ser o rateio deste fundo, mas concorda que a criação deste facilitaria e agilizaria as ações do conselho. "Mas ainda precisamos discutir isso com todos os prefeitos para que cheguemos a um consenso."

A proposta, que pode render bons frutos aos prefeitos eleitos e reeleitos, é aceita pelos administradores e futuros gestores das cidades da região. Abe, porém, lembra que a iniciativa

vem sendo debatida há algum tempo. "Mas, é preciso lembrar que foi na gestão Mário Covas que o Estado começou a investir com visão metropolitana. Nesta época, eu era deputado estadual, e o Estado concluiu as obras da rodovia SP-66 que beneficia não apenas Mogi, mas também Suzano, Poá, Itaquaquecetuba e outros municípios indiretamente". Cândido concorda, mas como deputado vê demora em a política pública ser posta em prática. "Integro a Comissão de Assuntos Metropolitanos da Assembléia e acho que a proposta demorou para ser viabilizada."

RMSP em números

A área da Grande São Paulo - 8 051 quilômetros quadrados - corresponde a menos de um milésimo da superfície brasileira e a menos de 4% do território paulista.

Com população de 17,8 milhões de habitantes, a Grande São Paulo continua sendo um dos três maiores aglomerados urbanos do mundo, ao lado das Regiões Metropolitanas de Tóquio, com 29 milhões, e da Cidade do México, com 18 milhões de habitantes. Mesmo assim, estes números correspondem aproximadamente às mesmas dimensões de algumas nações, como Líbano (10 452 quilômetros quadrados) e Jamaica (10 991 quilômetros quadrados).

A Grande São Paulo é o maior pólo de riqueza nacional. Seu Produto Interno Bruto (PIB) atingiu, em 2000, algo em torno de US\$ 99,1 bilhões, o que corresponde a cerca de 16,7% do total brasileiro. A renda per capita atinge

US\$ 5 545.

A área urbanizada da RMSP possui 2 139 quilômetros quadrados, ou seja, algo em torno de 146 mil quarteirões. Em 15 anos, aumentou 436 quilômetros quadrados, o que, em termos de espaço, é praticamente o mesmo que crescer duas Recife.

Segundo a Emplasa, "a região detém a centralização do comando do grande capital privado: aqui estão as sedes brasileiras dos mais importantes complexos industriais, comerciais e principalmente financeiros, que controlam as atividades econômicas privadas no País, por isso esses fenômenos fizeram surgir e condensar na Região Metropolitana uma série de serviços sofisticados, definidos pela íntima dependência da circulação e transporte de informações: planejamento, publicidade, marketing, seguro, finanças e consultorias, entre outros".

IDH dos Municípios da Região Metropolitana de São Paulo - 2001

Municípios	IDH	Posição no Estado
São Caetano do Sul	0,919	1
Santana de Parnaíba	0,853	7
São Paulo	0,841	18
Santo André	0,836	23
São Bernardo do Campo	0,834	28
Barueri	0,826	44
Cotia	0,825	47
Osasco	0,818	73
Caieiras	0,813	95
Embu-Guaçu	0,812	100
Taboão da Serra	0,809	119
Ribeirão Pires	0,807	130
Poá	0,806	133
Mainorã	0,803	151
Vargem Grande Paulista	0,802	158
Jandira	0,801	165
Mogi das Cruzes	0,801	166
Guararema	0,798	181
Guarulhos	0,797	191
Carapicuíba	0,793	218
Diadema	0,79	245
Arujá	0,788	257
Cajamar	0,786	276
Itapeverica da Serra	0,784	288
Mauá	0,781	308
Franco da Rocha	0,778	332
Suzano	0,775	362
Ferraz de Vasconcelos	0,772	379
Embu	0,772	384
São Lourenço da Serra	0,771	386
Pirapora do Bom Jesus	0,767	421
Santa Isabel	0,766	423
Rio Grande da Serra	0,764	439
Itapevi	0,759	481
Juquitiba	0,754	519
Biritiba-Mirim	0,75	534
Salesópolis	0,748	544
Itaquaquecetuba	0,744	563
Francisco Morato	0,738	586

Fonte: Secretaria de Economia e Planejamento - Governo do Estado de São Paulo



VISÃO

Assessoria, consultoria e planejamento estratégico

A NOSSA HISTÓRIA CONSTRUINDO A SUA

SERVIÇOS

- Assessoria e consultoria pública nas áreas: financeira, contábil administrativa, patrimonial, jurídica, educacional, gestão empresarial e recursos humanos;
- Auditoria de Gestão de contas de Exercícios Encerramentos;
- Assessoria Jurídica em CPIS (Comissão Parlamentar de Inquérito);
- Capacitação continuada de professores;
- Concurso Público, Seleção Pública e Processos Seletivos;
- Organização e desenvolvimento de eventos, cursos, palestras, seminários e encontros;
- Elaboração de Cálculo Anual (Instituto e Previdência);
- Elaboração e Revisão de Estatuto, Plano de Carreira;
- Planejamento e implantação de cargos e salários;
- Projetos Urbanos e Urbanísticos (Plano Diretor);
- Reforma Administrativa e Tributária.



Av. Das Orquídeas - 121
Centro - Tarumã - SP
Fone: (18) 3329-1392

Fax: (18) 3329-1086 - Cep: 19820-000

E-mail: visao@taol.com.br

Home Page: www.visaoconsultoria.com.br



UNIDIME

Empresa Convênida com UNIDIME

Celso Giglio é reeleito presidente da Associação Paulista de Municípios

Em Assembléia Geral da entidade foi eleita a nova Diretoria Administrativa presidida por Celso Giglio para o quadriênio 2005/2008

POR MOURA LEITE NETTO

Comprovando mais uma vez sua credibilidade na condição de municipalista, Celso Giglio foi reeleito presidente da Associação Paulista de Municípios (APM) durante Assembléia Geral da entidade realizada no último dia 20, no Auditório Adoniran Barbosa do Hotel Holiday Inn Select Jaraguá, em São Paulo. O novo mandato é para o quadriênio 2005/2008.

Giglio encabeçou a única chapa concorrente: "Municipalismo em Ação", recebendo o total de 138 votos favoráveis dos 139 votos apurados. Inicialmente foram eleitos os novos membros do Conselho Deliberativo, Comissão de Sindicância e do Conselho Fiscal da APM também para os próximos quatro anos. Posteriormente, foi eleita a Diretoria Administrativa presidida por Giglio e que tem como vice-presidentes Marcos Monti, Welson Gasparini, Rubens Furlan e João Caraméz, além dos integrantes que comporão a Mesa do Conselho Deliberativo.



Gilberto Kassab - vice-prefeito eleito de São Paulo; Celso Giglio - presidente eleito e Marcos Monti - vice-presidente eleito

Após a vitória o presidente eleito disse estar orgulhoso em dar continuidade ao seu trabalho junto ao movimento municipalista. "Vamos continuar o trabalho com quase a mesma equipe, só que agora ainda mais fortalecida com a vinda de grandes lideranças políticas como Gasparini, Furlan e Caraméz. Já tivemos nos últimos anos um grande avanço e seguiremos nossa luta em prol dos municípios dentro do Pacto Federativo", destacou Giglio. O trabalho do atual presidente, Marcos Monti, (que assumiu durante o período eleitoral, pois Giglio concorreu à reeleição para a prefeitura de Osasco) foi bastante elogiado pelo presidente eleito. "Monti agiu com muito competência, lisura e espírito de

luta. E juntos já temos uma nova lista de discussões que objetivam trazer ainda mais avanços ao movimento municipalista", disse Giglio.

A Assembléia Geral reuniu grandes lideranças políticas do País, entre elas prefeitos, vereadores e deputados estaduais e federais. Dentre os presentes estava o deputado federal pelo PL-SP, Milton Monti, que fez questão de cumprimentar Celso Giglio por mais esta vitória. "Considero a APM uma entidade de grande importância não só em São Paulo como também para o movimento municipalista do Brasil como um todo. É uma retaguarda aos prefeitos e vereadores nos momentos mais cruciais, que culmina todos os anos com o seu ápice que é o Congresso Estadual. A

tranquilidade desta eleição com a participação de apenas uma chapa é a demonstração que o trabalho tem sido profícuo e muito bem aceito”.

Dezenas de prefeitos fizeram questão de parabenizar a vitória da chapa “Municipalismo em Ação”, entre eles o prefeito eleito de Conchas, José Oscar Pavan. “Graças a APM temos mais fácil acesso junto às autoridades competentes de Brasília e do Governo Estadual. Os municipalistas de São Paulo e do Brasil estão comemorando a vitória de Giglio”, destacou.

Afinidade com a Uvesp

As lideranças políticas presentes demonstraram grande satisfação com a presença do presidente da União dos Vereadores do Estado de São Paulo (Uvesp), Sebastião Misiara, na chapa vencedora, comprovando a junção das duas entidades em torno de um único objetivo: representar legitimamente

todos os 645 municípios paulistas. “Sou muito grato ao Misiara por fazer parte de nossa equipe. APM e Uvesp estão agora ainda mais unidas e continuarão na luta por mais recursos aos municípios”, afirmou Celso Giglio. Celso Giglio é um dos principais

Giglio foi reeleito e ocupará a presidência até 2008

nomes do movimento municipalista brasileiro. Iniciou sua trajetória política como vereador e sendo presidente da Câmara Municipal de Osasco. Foi eleito prefeito de Osasco para os mandatos de 1993 a 1996 e de 2001 a 2004 e, em 1998, foi eleito deputado federal com a oitava maior votação do Brasil.

Giglio foi também coordenador do Fórum Metropolitano de Segurança Pública de fevereiro de 2002 a fevereiro de 2003. Criou em 1990 o movimento “União pelo Municípios”. A partir de 14 de janeiro de 2005 (data da posse) Celso Giglio iniciará seu terceiro mandato na condição de presidente da APM.

Conselho Deliberativo

O Conselho Deliberativo da chapa eleita conta com 50 membros e a lista é a seguinte: Aquevirque Antônio Nhola, Délbio Teruel, Carlos Alberto Cruz Filho, Aldévio Gaiotto, Ângelo Pela, Antônio Aparecido da Silva, Antônio Augusto Boteon, Antônio Cláudio Flores Piteri, Antônio Fernando Silva Rosa, Antônio Francisco Zani, Armando Ribas Gemignani, Carlos Alberto Neres, Carlos Donizeti Barbosa da Silva, Carlos Alberto Pignatari, Claudocir Maccorin, Dirceu Antônio Massucato, Donizete Borges Barbosa, Ermelino Rogeri Maranhão, Felício Mancini Neto, Flávio de Lima, Francisco Leoni Neto, Giro Inoguti, Hudson José Gomes, João Aparecido Nascimento, João Sansovo, José Carlos Coral, José Carlos Tallarico Júnior, José Carlos Tonin, José Fernando Bruno, José Gilberto Saggiaro, José Hailton de Camargo, Luiz Alberto Pereira, Luiz Gonzaga Dias Sobrinho, Luiza Aparecida da Silva Ferreira, Manuel Possidônio, Maria Aparecida Mussoline, Maria Aparecida Pimentel Mangeon de Oliveira, Maria Cândida Santos Andrade, Mário Augusto Madalena.



Antônio César Simão - primeiro-secretário e Vick Nholla - presidente do Conselho Deliberativo, ambos eleitos em 20/11



O deputado estadual Milton Monti, o presidente da Câmara Municipal de São Roque, Abel de Almeida e o vice-prefeito eleito da capital, Gilberto Kassab

Modesto Salviatto Filho, Milton Antônio Casquel Monti, Orlando Mosca Diz, Osvaldo Piedade Júnior, Paulo Roberto Tarzã dos Santos, Pedro Sabino de Godoy, Sebastião Bognar, Silas Bortolosso, Vicente Aparecido Menezes, Waldemar Correa e Wilson Sipione. Além disso, José Mauro Deodemo Orlandini, Tsuyoshi Sérgio Yamato e Abel de Almeida formam o Conselho Fiscal enquanto que Sckandar Mussi, Antônio Carlos de Faria e Luiz Antônio Hussne Cavani representam a Comissão

de Sindicância.

Giglio encabeçou a única chapa que concorreu “Municipalismo em Ação”, recebendo o total de 138 votos favoráveis entre os 139 votos apurados. Inicialmente foram eleitos os novos membros do Conselho Deliberativo, Comissão de Sindicância e do Conselho Fiscal da APM também para os próximos quatro anos. Posteriormente, foi eleita a Diretoria Administrativa presidida por Giglio e que traz como vice-presidentes Marcos Monti, Welson Gaparini, Rubens

Furlan e João Caraméz, além dos integrantes da Mesa do Conselho Deliberativo (confira abaixo relação completa).

Após a tranqüila vitória o presidente eleito disse estar orgulhoso por poder dar continuidade ao seu trabalho junto ao movimento municipalista. “Vamos continuar o trabalho com quase a mesma equipe só que agora ainda mais fortalecida com a vinda de grandes lideranças políticas como Gaparini, Furlan e Caraméz. Já tivemos nos últimos anos um grande avanço e seguiremos nossa luta em prol dos municípios dentro do Pacto

**APM e Uvesp
unidas por
mais recursos
para os
municípios**

Federativo”, destacou Giglio. O trabalho do atual presidente, Marcos Monti, (que assumiu durante o período eleitoral, pois Giglio concorreu à reeleição da Prefeitura



Representantes de todas as regiões do Estado de São Paulo...

Nova diretoria contará ccom representante da Assembléia Legislativa

de Osasco) foi bastante elogiado pelo presidente eleito. "Monti agiu com muito competência, lisura e espírito de luta. E juntos já temos uma nova lista de discussões que objetivam trazer ainda mais avanços ao movimento municipalista", disse Giglio.

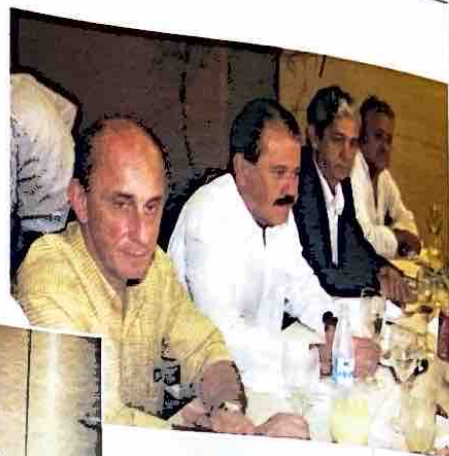
A Assembléia Geral reuniu grandes lideranças políticas do País, entre elas prefeitos, vereadores e deputados estaduais e federais. Dentre os presentes estava o deputado federal pelo PL-SP, Milton Monti, que fez questão de cumprimentar Celso Giglio por mais esta vitória. "Considero a APM uma entidade de grande importância não só em São Paulo como também para o movimento municipalista do Brasil como um todo. É uma retaguarda aos prefeitos e vereadores nos momentos mais cruciais, que

culmina todos os anos com o seu ápice que é o Congresso Estadual. A tranquilidade desta eleição com a participação de apenas uma chapa é a demonstração que o trabalho tem sido profícuo e muito bem aceito".



Marcos Monti (ao centro) será o vice-presidente da entidade de 2005 a 2008

Dezenas de prefeitos parabenizaram a vitória da chapa "Municipalismo em Ação", entre eles o prefeito eleito de Conchas, José Oscar Pavan. "Graças a APM temos fácil acesso às autoridades competentes de Brasília e do governo estadual. Os municipalistas de São Paulo e do Brasil comemoram a vitória de Giglio", destacou.



Celso Giglio recebeu apoio irrestrito no pleito



Abel de Almeida (presidente da Câmara Municipal de São Roque) e Gilberto Kassab (vice-prefeito eleito de São Paulo) foram recepcionados por Dalva Christofolletti, secretária-executiva da APM



... prestigiaram com seu voto a eleição da nova diretoria da Associação Paulista de Municípios



Diretoria Eleita

DIRETORIA ADMINISTRATIVA

Presidente:

Celso Antônio Giglio

1º Vice-Presidente:

Marcos Roberto Casquel Monti

2º Vice-Presidente:

Welson Gasparini

3º Vice-Presidente:

Rubens Furlan

4º Vice-Presidente:

João Carlos Caraméz

Secretário Geral:

Antonio César Simão

1º Secretário:

Dr. Hélio de Oliveira Santos

2º Secretário:

Sebastião Misiara

3º Secretário:

Itamar Francisco Machado Borges

A diretoria eleita da APM agradece a presença dos partidários da causa municipalista, legítimos representantes da vontade popular, e espera poder contar com o amplo apoio de todos em prol de uma melhor qualidade de vida para todos os paulistas. Feliz Natal e Próspero 2005.

Caracterização do setor produtivo da flora ornamental

IBGE divulga resultado de estudo sobre o setor de "Flores e Plantas Ornamentais" baseado no Censo Agropecuário

Valendo-se do acervo de informações do Censo Agropecuário 1995-1996, o IBGE, por meio da Coordenação de Agropecuária analisou a estrutura produtiva do setor de flores e plantas ornamentais do País apresentando-a em publicação disponível no sítio do IBGE (www.ibge.gov.br). Embora se refiram àquele biênio, os resultados da análise são inéditos, principalmente pela abrangência nacional dos dados. Enfocam os estabelecimentos que declararam como atividade principal, a produção de flores e plantas ornamentais à época, segundo a propriedade das terras, área total, condição do produtor, receitas, despesas, mão-de-obra, insumos e tecnologias utilizados na atividade, investimentos, entre outros indicadores do nível de modernidade e especialização da floricultura brasileira. Ressaltam, também, o grande potencial de crescimento da participação do setor no comércio internacional, em relação a outros países produtores destes insumos.

Em razão de que, o Censo Agropecuário investigou o setor única e exclusivamente a variável "receita com a venda de flores, plantas ornamentais e gramas", para o atual estudo, distinguiram-se dois grupos de estabelecimentos:

o de estabelecimentos com "alguma receita com a venda de flores e/ou plantas ornamentais" (estabelecimentos que não necessariamente tinham as flores e plantas ornamentais como a principal fonte de seus recursos); e o de estabelecimentos com atividade econômica principal "produção de flores e plantas ornamentais". A partir dos microdados do censo foram gerados dois arquivos

**País tem
grande
potencial
de aceitação
no exterior**

para os diferentes grupos de estabelecimentos: um com 7.561 registros, que continha todos os estabelecimentos que declararam ter tido "alguma receita com a venda de flores e/ou plantas ornamentais"; outro de 2.963 registros, os quais continham os estabelecimentos cuja atividade econômica principal era a "produção de flores e plantas ornamentais". Para ambos os grupos escolheram-se, dentre o universo de variáveis do Censo

Agropecuário 1995-1996, 143 variáveis que foram utilizadas para a posterior elaboração de tabelas, com cruzamentos pertinentes ao estudo realizado.

O conjunto das informações analisadas forneceu ampla caracterização desse agronegócio no Brasil. Caracterização esta que contribui para o conhecimento do potencial socioeconômico do setor de flores e plantas ornamentais e, igualmente, para a elaboração de políticas e programas orientados ao seu desenvolvimento.

Nas duas últimas décadas do século a economia brasileira passou por mudanças estruturais e institucionais, ditadas pela expansão do capital internacional. Neste contexto, fazendo-se valer do seu potencial e de suas vantagens comparativas, o setor agrícola nacional teve a importante função de aumentar a geração de divisas e assegurar a estabilidade interna dos preços. Entre os segmentos do setor agrícola, com possibilidades de cumprir este ideário econômico e promover uma rápida inclusão das massas de trabalhadores ao mercado, cujos postos de trabalho foram volatilizados com a justificativa de uma maior produtividade, destacam-se os segmentos da produção de frutas e da produção de flores e plantas.

O setor agropecuário brasileiro tem registrado êxito econômico notável, com constantes recordes de safras e volumes crescentes de exportações. Este desempenho, em grande medida, se deve ao implemento de uma série de políticas públicas que, ao privilegiar um modelo agroexportador têm impulsionado, por meio de programas agrários específicos, inúmeras lavouras nas quais o Brasil apresenta vantagens comparativas, com destaque para os setores sucroalcooleiro, citrícola e avícola e, além destes, outros de enorme potencial, como é o caso do frutícola e o da floricultura.

Os resultados do estudo realizado pelo IBGE revelaram que o setor de floricultura, mesmo sendo tradicional no Brasil, apresentava, em 1995/1996, muitas potencialidades inexploradas. Fosse em relação aos mercados, fosse em relação às suas áreas de cultivo, ou mesmo em relação à produção obtida, sua rentabilidade, embora bastante positiva quando comparada a outros setores, mantinha-se aquém de suas reais possibilidades.

Segundo o Censo Agropecuário 1995-1996, os estabelecimentos que tinham a floricultura como atividade principal significavam um percentual menor que 0,07% da área e do número total dos estabelecimentos investigados e, em termos de receita, participaram com apenas 0,43% do total gerado pela agropecuária brasileira. Comparativamente, no entanto, a receita média declarada pelos informantes do setor florícola era 5,43 vezes maior de que aquela

informada por todos os demais setores. Esta receita média elevada decorria da própria natureza do produto cultivado, de alto valor comercial e, da forma como estava organizada a sua produção.

O setor de flores e plantas ornamentais encontrava-se estruturado em médias e pequenas propriedades, em sua maioria com menos de dez hectares, nas quais a produção era integralmente destinada a um mercado de forte concorrência. Isto contribuía para que os produtores tivessem

Setor de floricultura tinha suas potencialidades inexploradas

uma preocupação constante com a obtenção de uma maior produtividade e uma melhoria da qualidade final dos seus produtos. Tanto que, quando analisados, os tipos de investimentos realizados constatou-se que muitos dos produtores que obtiveram esse tipo de recurso o aplicaram, principalmente, em instalações e outras benfeitorias. Entre os tipos de investimentos feitos, os produtores que compraram veículos e outros meios de transporte foram os que auferiram maiores receitas. Isto, como fator de análise, reforça a natureza mercantil estrita de sua produção, pois, a aquisição destes

veículos condutores possibilita ao produtor participar de maneira mais direta da comercialização de seus produtos.

Outro indicador do elevado grau de especialização e do bom nível de incorporação tecnológica da floricultura nacional foi revelado pelos tipos de despesas realizadas pelos produtores. Assim, era bastante significativo o número de produtores que declararam ter efetuado gastos com salários, adubos e corretivos, sementes e mudas, agrotóxicos, combustíveis, lubrificantes e energia elétrica. Já o contingente de produtores que tiveram despesas com transportes da produção e obrigações financeiras foi pouco expressivo.

Essa composição de gastos é um forte indicador do elevado nível técnico deste setor, sobretudo se comparado com a realidade do universo investigado do Censo Agropecuário. Em consonância com o alto índice de informantes que realizaram despesas em insumos de diversas ordens, o predomínio de formas assalariadas de trabalho também foi um indicador que corroborou o elevado nível de modernidade da floricultura brasileira. Ainda em relação às formas de inserção da mão-de-obra neste setor produtivo, identificaram-se dois aspectos que lhes são próprios e que contrariam uma tendência. Primeiro, os empregados assalariados eram em sua maioria permanentes muitos dos quais tinham residência no próprio estabelecimento. A isto se atribuiu a necessidade que o produtor tinha de, constantemente, dispor de uma

Investimentos realizados pelos estabelecimentos com atividade principal produção de flores e plantas ornamentais, por tipo, segundo a condição do produtor e grupos de área total - Brasil - período de agosto de 1995 a julho de 1996

Condição do produtor e grupos de área total	Investimentos realizados pelos estabelecimentos com atividade principal produção de flores plantas ornamentais, por tipo					
	Estabelecimentos informantes	Valor total (R\$ 1.000)	Instalações e outras benfeitorias		Veículos e outros meios de transporte	
			Número de informantes	Valor (R\$ 1.000)	Número de informantes	Valor (R\$ 1.000)
Total	872	25,337	397	8,454	150	3,467
Condição do produtor						
Proprietário	737	24,022	334	7,958	133	3,105
Arrendatário	61	1,038	39	403	11	305
Parceiro	18	143	6	27	2	32
Ocupante	56	134	18	66	4	25
Grupos de área total (ha)						
Menos de 10	457	8,700	218	3,668	67	1,627
10 a menos de 100	377	10,782	184	4,572	76	1,864
100 a menos de 1000	33	4,296	13	210	7	177
1.000 a menos de 10.000	5	1,560	2	4		
10.000 e mais						
Sem declaração						

Condição do produtor e grupos de área total	Investimentos realizados pelos estabelecimentos com atividade principal produção de flores plantas ornamentais, por tipo					
	Veículos e outros meios de transporte				Demais Investimentos	
	Novos		Usados			
	Número de informantes	Valor (R\$ 1.000)	Número de informantes	Valor (R\$ 1.000)	Número de informantes	Valor (R\$ 1.000)
Total	100	2,760	55	707	546	13,416
Condição do produtor						
Proprietário	93	2,506	45	600	461	12,959
Arrendatário	4	238	7	67	30	330
Parceiro	1	12	1	20	14	84
Ocupante	2	5	2	21	41	43
Grupos de área total (ha)						
Menos de 10	47	1,416	21	211	270	3,405
10 a menos de 100	46	1,202	32	461	246	4,546
100 a menos de 1000	7	142	2	35	25	3,909
1.000 a menos de 10.000					5	1,556
10.000 e mais						
Sem declaração						

Despesas realizadas pelos estabelecimentos com atividade principal produção de flores e plantas ornamentais, por tipo, segundo a condição do produtor e grupos de área total - Brasil - período de agosto de 1995 a julho de 1996

Condição do produtor e grupos de área total	Despesas realizadas pelos estabelecimentos com atividade principal produção de flores plantas ornamentais, por tipo			
	Juros e despesas bancárias		Impostos e taxas	
	Número de informantes	Valor (R\$ 1.000)	Número de informantes	Valor (R\$ 1.000)
Total	182	4,141	1,511	4,223
Condição do produtor				
Proprietário	165	4,048	1,362	3,462
Arrendatário	14	87	68	626
Parceiro			22	69
Ocupante	3	5	59	67
Grupos de área total (ha)				
Menos de 10	88	2,068	866	1,274
10 a menos de 100	86	1,959	598	2,465
100 a menos de 1000	6	93	41	395
1.000 a menos de 10.000	2	20	6	30
10.000 e mais				
Sem declaração				

Condição do produtor e grupos de área total	Despesas realizadas pelos estabelecimentos com atividade principal produção de flores plantas ornamentais, por tipo					
	Combustíveis e lubrificantes		Energia elétrica		Demais despesas	
	Número de informantes	Valor (R\$ 1.000)	Número de informantes	Valor (R\$ 1.000)	Número de informantes	Valor (R\$ 1.000)
Total	1,709	4,530	2,245	4,980	2,176	22,909
Condição do produtor						
Proprietário	1,421	3,834	1,908	4,476	1,750	19,342
Arrendatário	139	576	158	359	205	2,477
Parceiro	41	38	64	99	102	824
Ocupante	108	82	115	46	119	266
Grupos de área total (ha)						
Menos de 10	979	1,846	1,435	1,928	1,338	8,401
10 a menos de 100	665	2,113	747	2,802	765	12,865
100 a menos de 1000	58	459	55	237	65	1,511
1.000 a menos de 10.000	7	113	6	12	7	131
10.000 e mais						
Sem declaração			2		1	

Despesas realizadas pelos estabelecimentos com atividade principal produção de flores e plantas ornamentais, por tipo, segundo a condição do produtor e grupos de área total - Brasil - período de agosto de 1995 a julho de 1996

Despesas realizadas pelos estabelecimentos com atividade principal produção de flores plantas ornamentais, por tipo

Condição do produtor e grupos de área total	Total		Salários pagos em dinheiro ou produtos		Adubos e corretivos	
	Número de informantes	Valor (R\$ 1.000)	Número de informantes	Valor (R\$ 1.000)	Número de informantes	Valor (R\$ 1.000)
Total	2,897	106,957	1,583	34,927	2,451	10,051
Condição do produtor						
Proprietário	2,361	93,501	1,331	30,807	2,001	8,967
Arrendatário	209	10,255	153	3,357	196	833
Parceiro	106	1,935	40	350	84	121
Ocupante	221	1,266	59	413	170	130
Grupos de área total (ha)						
Menos de 10	1,901	37,497	907	11,301	1,611	2,932
10 a menos de 100	909	60,284	606	20,781	775	5,978
100 a menos de 1.000	76	7,805	63	2,651	57	841
1.000 a menos de 10.000	8	1,371	7	195	7	300
10.000 e mais						
Sem declaração	3				1	

Despesas realizadas pelos estabelecimentos com atividade principal produção de flores plantas ornamentais, por tipo

Condição do produtor e grupos de área total	Sementes e mudas		Agrotóxicos		Transporte da produção	
	Número de informantes	Valor (R\$ 1.000)	Número de informantes	Valor (R\$ 1.000)	Número de informantes	Valor (R\$ 1.000)
Total	1,470	9,356	1,939	7,505	636	2,594
Condição do produtor						
Proprietário	1,224	8,008	1,594	6,786	529	2,285
Arrendatário	119	957	151	474	42	265
Parceiro	43	226	75	178	24	26
Ocupante	84	164	119	67	41	18
Grupos de área total (ha)						
Menos de 10	927	4,881	1,248	1,759	408	866
10 a menos de 100	501	4,217	643	4,869	209	1,507
100 a menos de 1.000	37	142	44	583	14	176
1.000 a menos de 10.000	4	116	4	294	4	45
10.000 e mais						
Sem declaração	1				1	

mão-de-obra mais qualificada, devido aos muitos cuidados que esta lavoura demanda e à alta competitividade do setor, que exige uma evolução tecnológica contínua. Outra característica que individualiza a floricultura é o significativo uso do trabalho familiar, sem remuneração, em lavouras com objetivos comerciais.

Tal fato tem razões históricas e culturais, haja vista que este setor foi organizado no Brasil por migrantes asiáticos e europeus que tinham, em seus países de origem, uma larga tradição de cultivar flores em pequenas unidades familiares de produção.

Segundo o Censo Agropecuário, a produção da floricultura brasileira em 1995/1996, era predominantemente formada por pequenas empresas familiares. Esses empreendimentos que, em sua maioria eram propriedades, empregavam permanentemente um significativo contingente de trabalhadores, geralmente, qualificados devido às necessidades de produção.

O setor de flores e plantas ornamentais, por ser extremamente competitivo com produto de alto valor comercial voltado exclusivamente para o mercado, apresentava um nível muito elevado de incorporação tecnológica.

Em consequência desse caráter empresarial altamente rentável, todos os indicadores financeiros do setor que foram analisados, registravam valores muito superiores aos verificados em outros segmentos da agricultura investigados pelo Censo.

Apesar desse quadro favorável, o setor, à época do censo, estava restrito a pequenas áreas colonizadas originalmente por imigrantes, embora vastas áreas do País apresentassem condições edafoclimáticas favoráveis ao desenvolvimento deste cultivo. Em consequência, a produção nacional de flores e plantas ornamentais, em 1995/1996, mal dava para atender à demanda interna, e o Brasil exportava o equivalente a menos de 1% do comércio internacional deste segmento.

Quase uma década depois, esse quadro apresenta algumas mudanças. Em termos de participação no comércio exterior, as exportações brasileiras cresceram de US\$ 11.781.769, em 2000, para US\$ 14.909.509, em 2002. Mas, apesar desse esforço, o nível de participação da floricultura nacional no mercado internacional mantém-se aquém de suas possibilidades. Comparativamente, o valor das exportações brasileiras, em 2002, representava algo em torno de 1,5% das exportações da Holanda - maior produtor e exportador mundial de flores e plantas ornamentais.

Do último Censo Agropecuário aos dias atuais, houve uma expansão da área cultivada. Esta expansão se deu não só nas áreas produtivas tradicionais (São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro), mas em novas áreas de cultivo sistemático, sobretudo no Nordeste, com destaque para o Ceará e Pernambuco. O desenvolvimento da floricultura nesta região se deu por ser ela a única área semi-árida com clima tropical (baixa umidade

relativa do ar e constante calor e insolação) existente no País. Em tais áreas quando há irrigação garantem-se ótimas condições de produção.

Apesar das mudanças constatadas no início da década de 2000, em termos de produção, área ocupada e participação no comércio exterior, o setor de flores e plantas ornamentais brasileiro apresentava forte potencial de crescimento, em relação aos outros países produtores. De um modo geral bem-estruturada, a floricultura nacional apresenta deficiências que entravam seu pleno desenvolvimento, e que foram agravadas pelo aumento de sua escala de produção.

A não ser por algumas de suas áreas tradicionais, este setor registra uma série de problemas organizacionais como perdas de colheita e pós-colheita, embalagem, transporte e baixo índice de cooperativismo. Na superação desses entraves, tem havido um esforço do governo no desenvolvimento de programas específicos de apoio ao setor, buscando disponibilizar fundos para o investimento em infraestrutura e apoio ao produtor. Além do apoio oficial dado pelo governo federal, a participação do segmento no setor privado torna-se fundamental para que a cadeia produtiva do agronegócio das flores e plantas ornamentais possa, finalmente, se consolidar, realizando avanços concretos no sentido de desenvolver toda a sua potencialidade.

Francisco Garrido Barcia é chefe da UE/SP.

Tem um câncer morando nele.
Agora é ele que precisa arranjar onde
morar enquanto faz o tratamento.

A Casa Hope recebeu um terreno do Governo do Estado de São Paulo para construir o maior centro de apoio ao tratamento do câncer infantil do Brasil e que vai beneficiar milhares de crianças todos os anos. Agora, a gente precisa construir a casa o mais rápido possível, pois o câncer não espera. Nessa nova casa as crianças vão ter toda a assistência profissional de que necessitam, a companhia de um parente durante todo o período de tratamento, enfim, vão ter um lar. E a gente sabe como isso é importante. Se você tem amor morando dentro do seu coração, não deixe trancado.

Para doar ligue: (11) 5083 10 39 ou acesse www.hope.org.br



Apoio à
Criança com Câncer

**AOS PREFEITOS ELEITOS E REELEITOS:
QUE O SUCESSO CONQUISTADO NAS URNAS
PERMANEÇA EM SUAS GRANDES CONQUISTAS
NO PRÓXIMO QUADRIÊNIO**

**ASSESSORIA FINANCEIRA
DE ALTA PERFORMANCE**



**Banco
Cruzeiro
do Sul**

- Private Bank
- Asset Management
- Divisão Internacional
- Corretora de Valores e Mercadorias
- Estruturação de Fundos de Investimentos
- Crédito Pessoal Consignado em Folha de Pagamento
- Desconto de Recebíveis

Consulte-nos:

(11) **3848-1553**

www.bcsul.com.br